

TJ-MT

500 QUESTÕES GABARITADAS (PRATICANDO)
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

Oficial de Justiça



CÓD: SL-161ST-24
7908433265122

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico Matemático	19
3. Legislação Institucional	31
4. Noções de Direito Administrativo	33
5. Noções de Direito Constitucional	49
6. Noções de Direito Civil	63
7. Noções de Direito Processual Civil	79
8. Noções de Direito Penal	95
9. Noções de Direito Processual Penal	109

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Assinale a opção em que as duas palavras estão corretamente grafadas.

- (A) privilégio / logaritmo.
- (B) enterter / protestar.
- (C) escombros / esplendor.
- (D) pretesto / contexto.
- (E) adiministrar / arriar.

2. (2024)

Assinale a opção em que os três vocábulo são grafados de forma **correta**.

- (A) caixa / rebaixar / mecher.
- (B) chícara / chuchu / mexerico.
- (C) xarope / enchova / encharcar
- (D) engrachar / enxoval / caxumba.
- (E) puxar / lixeira / enxente.

3. (2022)

Assinale a opção em que só a primeira forma do vocábulo está **correta**.

- (A) abóboda / abóbada.
- (B) deslise / deslize.
- (C) mantegueira / manteigueira.
- (D) freada / freiada.
- (E) bandeija / bandeja.

4. (2024)

Assinale a opção em que há uma afirmativa **incorreta** sobre o emprego de acentos gráficos.

- (A) Conservam-se, nas formas abreviadas, os acentos gráficos das palavras originais.
- (B) Na palavra *porão*, o til marca a sílaba tônica.
- (C) As palavras *cômico* e *quilômetro* têm distintos acentos em Portugal e Brasil.
- (D) No segmento "*Veio ágil e velozmente*", a forma sublinhada deve vir com acento.
- (E) Os prefixos seguem a mesma regra dos demais vocábulos: *ánti*, *ânfi*.

5. (2024)

Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente.

- (A) aziago / porém.
- (B) rêfrega / decano.
- (C) leucemia / protótipo.
- (D) álcali / aerólito.
- (E) tótems / Fênix.

6. (2024)

As palavras abaixo estão todas grafadas propositalmente sem acentos gráficos.

Assinale a opção em que todos os vocábulos são paroxítonos.

- (A) avaro / pudico / erudito.
- (B) aziago / tulipa / refem.
- (C) Nobel / etiope / rubrica.
- (D) filantropo / estalido / lampada.
- (E) recém / textil / decano.

7. (2022)

Entre as opções abaixo, assinale aquela em que todos os vocábulos são proparoxítonos, com acentos gráficos corretos.

- (A) aeródromo / protótipo / alcoólatra.
- (B) ínterim / bigamo / pégada.
- (C) ávaro / êxodo / idólatra.
- (D) misântropo / édito / invólucro.
- (E) leucócito / âmago / aziago.

8. (2024)

Muitas formas de superlativo de adjetivos se utilizam de radicais latinos, daí que mostrem diferenças em relação ao radical do adjetivo atual. Assinale o superlativo abaixo que utiliza o radical atual do adjetivo.

- (A) Todas as coisas que hoje se creem antiquíssimas já foram novas.
- (B) Nessa época todos os morros da região estavam com seus cimos congeladíssimos.
- (C) Hoje em dia, notam-se pessoas paupérrimas andando pelas ruas de bairros chiques.
- (D) Por causa da doença, o senador voltou ao Congresso magérrimo, com as feições abatidas.
- (E) Com as demolições, todo o chão estava coberto de escombros, aspérrimo e muito sujo.

9. (2024)

Em alguns adjetivos pátrios compostos, o primeiro adjetivo assume uma forma latinada e diminuída.

Sobre os adjetivos relativos a um país a seguir, assinale a opção que mostra aquele cuja forma latinada está indicada **erradamente**.

- (A) anglo = inglês.
- (B) nipo = japonês.
- (C) austro = australiano.
- (D) sino = chinês.

10. (2023)

No prefácio de um de seus livros, o escritor modernista Mário de Andrade escreveu: “Mas todo este prefácio, com todo o disparate das teorias que contém, não vale coisíssima nenhuma”.

Sobre o curioso vocábulo “coisíssima”, é **correto** afirmar que:

- (A) o sufixo -íssima aparece ligado a um substantivo e não a um adjetivo, como de hábito;
- (B) a formação do vocábulo indica intensidade;
- (C) o vocábulo formado indica a noção de quantidade incontável;
- (D) o sufixo utilizado no vocábulo corresponde, por tratar-se de um substantivo, ao sufixo aumentativo -ão;
- (E) a palavra formada é comumente empregada na linguagem erudita pelo fato de o sufixo empregado ser culto.

11. (2022)

Sabendo-se que o radical cultura entra na composição de muitos vocábulos com o significado de “criação, cultivo; cuidado, exame”, a palavra que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) piscicultura: cultura de pêssegos;
- (B) triticultura: cultura de trigo;
- (C) monocultura: criação de macacos;
- (D) rancicultura: cultura de ramos alimentícios;
- (E) canicultura: cultura de cana-de-açúcar.

12. (2022)

Tecnologia é palavra que tem, em sua formação, o radical grego -logia (“estudo”); a opção abaixo que indica corretamente o campo de estudo do vocábulo formado com esse mesmo radical, é:

- (A) pneumologia / estudo dos pneus dos veículos;
- (B) radiologia / estudo das transmissões radiofônicas;
- (C) geologia / estudo geográfico das paisagens;
- (D) arqueologia / estudo de realidades antigas;
- (E) etnologia / estudo da origem das palavras.

13. (2022)

Todas as opções abaixo mostram formas de diminutivos dos vocábulos entre parênteses, com o sufixo *-inho*.

Assinale a opção em que todas as formas estão corretamente grafadas.

- (A) paizinho (pai) / paisinho (país) / raizinha (raiz).
- (B) papelsinho (papel) / piresinho (pires) / reizinho (rei).
- (C) tunelzinho (túnel) / lapizinho (lápis) / avozinho (avô).
- (D) adeusinho (adeus) / camizinha (camisa) / mãozinha (mão).
- (E) dorzinha (dor) / tecnicazinha (técnica) / xadresinho (xadrez).

14. (2022)

Algumas palavras são empregadas fora de sua classe original; assinale a opção em que a palavra destacada teve sua classe original modificada, de adjetivo para substantivo.

- (A) As ideias geniais são aquelas que nos espantamos de não ter tido antes.
- (B) O que é necessário, jamais é ridículo.
- (C) Os fatos são sonoros. O que importa são os silêncios por trás deles.

(D) O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento dos abastados.

(E) O problema do intelecto é um ponto de interrogação.

15. (2022)

Monólogo é uma pessoa falando sozinha. Diálogo são duas. As palavras *monólogo* e *diálogo* mostram em sua estrutura o radical grego com o valor de “palavra, língua, discurso”.

Assinale o vocábulo abaixo que mostra esse mesmo radical com valor semântico diferente.

- (A) prólogo.
- (B) filólogo.
- (C) epílogo.
- (D) logaritmo.
- (E) ginecologista.

16. (2023)

Assinale a frase a seguir em que o artigo sublinhado mostra valor possessivo.

- (A) O presidente viajou com a primeira-dama para a China.
- (B) Os deputados protestavam contra a nova lei.
- (C) A cabeça do índio estava coberta de penas.
- (D) O ministro mostrava a gravata de cores berrantes na televisão.
- (E) O pacote trazia a mercadoria devidamente embalada.

17. (2024)

Assinale a frase abaixo em que aparece a substantivação de um adjetivo.

- (A) Nem todas as crianças são terríveis; algumas crescem.
- (B) O melhor da minha infância era fazer o meu irmão rir com tanta empolgação que a comida saía pelo nariz dele.
- (C) O amor é uma bobagem feita a dois.
- (D) Se odeia com excesso quando se odeia um irmão.
- (E) Um parente pobre é sempre um parente distante.

18. (2023)

Em muitas frases há a presença de termos preposicionados. Assinale a frase em que a substituição do termo sublinhado por uma só palavra foi feita de forma adequada, mantendo-se o sentido original da frase.

- (A) Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria. / Na abundância é impossível que se compreendam as lutas miseráveis.
- (B) O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento dos abastados. / O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento abastado.
- (C) Penso que o homem gordo não faz revolução. O abdome é naturalmente amigo da ordem; o estômago pode destruir um império, mas há de ser antes do jantar. / O abdome é naturalmente amigo ordenado.
- (D) É uma coisa santa a democracia – não a democracia do papel e da palavra –, mas a democracia praticada honestamente, regularmente, sinceramente. / É uma coisa santa a democracia – não a democracia do papel e verbal.

19. (2023)

Texto 1

Menos mortes e engarrafamentos: movimento quer reduzir a velocidade nas cidades brasileiras (adaptado)

Por Marcela Donini e Tiago Medina

Mais que uma mudança de cidade e país, a vida da fonoaudióloga Paula Dallegrave Priori mudou de estilo a partir de 2021. Acompanhada do marido e da filha, então com menos de 3 anos, ela trocou Porto Alegre por Barcelona. O carro da família, tão necessário para deslocamentos na capital gaúcha, ficou do lado de cá do oceano. Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.

“A percepção do trânsito em relação a Porto Alegre é bem clara: aqui é muito melhor. Não percebemos o ambiente tóxico que é o trânsito aí”, compara ela, usuária frequente do metrô, além de pedestre habitual. Aliás, caminhar na rua com a filha é, agora, mais tranquilo. “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegues prever o que vai acontecer.”

Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021. Desde então, os limites na maioria das vias urbanas de todas as cidades espanholas são de até 30 km/h [...].

Um movimento no Brasil quer entrar nessa onda e readequar os limites nas vias das cidades de todo o país. A União de Ciclistas do Brasil (UCB), em parceria com outras entidades como a Fundação Thiago Gonzaga, propõe uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro que fixaria em 60km/h o máximo permitido nas vias de trânsito rápido e 50km/h nas vias arteriais. [...] O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.

[...]

O documento publicado pela entidade apoia-se ainda em experiências brasileiras e estrangeiras nas quais a redução das velocidades levou a maior segurança no trânsito. São Paulo, por exemplo, fez alterações significativas nesse sentido desde 2011. Em 2015, foram reduzidos os limites em duas das principais vias expressas, as marginais Tietê e Pinheiros [...]. O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.

Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população. Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito, e 9 em cada 10 consideram alto o número de mortes nas vias brasileiras. Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.

[...] “As pessoas sempre pensam que vão ter perda se forem mais devagar. Ao contrário, o trânsito flui melhor”, diz, citando o exemplo da ponte Rio-Niterói, onde o limite passou de 110km/h para 80km/h e houve melhoria na fluidez. “Por isso, estamos deixando de falar em redução, e usando o termo readequação de velocidades”, explica.

Ana Luiza Carboni, coordenadora do projeto Vias Seguras, destaca uma ilustração didática aprendida com a engenheira de transportes e professora da Universidade Federal de Alagoas Jes-

sica Lima. “Pense em uma torneira aberta, com ralo pequeno. Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular. Se abrir menos, ela vai escoar, vai passar mais lentamente, mas constantemente”, exemplifica. “É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média. As cidades são feitas de gargalos. Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo”, completa.

[...]

Status do carro

Em cidades planejadas para o carro, não à toa a população mais vulnerável no trânsito são pedestres, ciclistas e motociclistas – e dentro desse grupo, as vítimas mais comuns são pessoas negras, destaca Carboni.

Para a engenheira civil e gerente de mobilidade ativa do WRI, Paula Manoela dos Santos, a questão geracional é chave na mudança de visão que ainda precisa ser feita para o carro deixar de ser visto como o elemento central na mobilidade. “Ainda habita em nós uma questão de status do carro. A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro. Para as pessoas, nem sempre. Diria que até é um pouco marginalizada, como considerar que quem anda de bicicleta não teve sucesso”, diz.

Carboni sabe bem do que Santos está falando. A ativista, que não tem carro há oito anos, costuma contar a história de suas idas ao mercado: “Na hora de pagar, sempre perguntam se tenho o ticket do estacionamento, e eu respondo que não tenho carro. Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prover um pra você’”.

Apesar de o caminho até um trânsito mais seguro ser longo, os especialistas ouvidos pelo Matinal são otimistas. Bohn lembra que já se avançou muito: “Hoje não é mais aceitável beber e dirigir como era 20 anos atrás”. A engenheira da WRI faz questão de ressaltar que as novas gerações têm outro entendimento, especialmente em relação ao carro.

Paula que o diga. A porto-alegrense cuja história abre a reportagem tem convicção de que o novo estilo de vida irá mudar a perspectiva da filha, de 4 anos, sobre mobilidade. “Hoje, ela está muito mais acostumada a ver as pessoas fazendo as coisas de bicicleta. Os ciclistas enfrentam dia de chuva, de frio. Isso é normal”, diz. Além do automóvel, também ficou para trás o hábito de entregar o celular na mão da pequena para driblar a impaciência dos momentos de trânsito parado.

Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/reduzir-velocidade-nas-cidades-brasileiras/>

“O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.”

Nesse fragmento do texto 1, um verbo flexionado no futuro do pretérito veicula um significado específico.

Dentre as frases abaixo, aquela em que o verbo sublinhado apresenta o mesmo valor semântico observado na passagem acima é:

- (A) Este projeto, se colocado em prática, mudaria a vida de muita gente.
- (B) A testemunha afirmou que o motorista teria fugido sem prestar socorro.
- (C) Você poderia me fazer um favor?
- (D) Tinha ficado combinado que João faria o trabalho.
- (E) João prometeu que iria ao evento.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

1. (2023)

A tabela a seguir apresenta as idades (em anos) de 16 crianças divididas em 4 grupos de 4 alunos.

Grupo 1	6	7	8	9
Grupo 2	7	7	7	9
Grupo 3	6	7	7	8
Grupo 4	5	7	8	8

Com base nessas informações, avalie as afirmações.

- I. A média das idades é maior no Grupo 1 que no Grupo 2.
- II. A mediana das idades é maior no Grupo 1 que no Grupo 3.
- III. O grupo 4 é o que apresenta maior desvio-padrão.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (2023)

Acerca do desvio padrão de um conjunto de números, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É sempre maior ou igual a zero.
- () Pode ser definido como a raiz quadrada da soma dos quadrados dos desvios em torno da média.
- () Quanto mais concentrados os números estão em torno da média, maior é o desvio padrão.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) F – F – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

3. (2022)

Dois sociedades empresárias, X e Y, produzem o mesmo produto e têm seus processos de produção sob controle e centrados no ponto médio da faixa de especificação.

Ambas operam com os limites de tolerâncias de 3 desvios padrões, ou seja, 3 sigmas acima e 3 sigmas abaixo do ponto médio.

Sabe-se que a amplitude da faixa de especificação é 0,21 e que os desvios padrões para as unidades X e Y são, respectivamente, 0,03 e 0,04. Com base na capacidade do processo (C_p), conclui-se que:

- (A) C_p de X é 1,75, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade Y;
- (B) C_p de X é 1,17, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade Y;
- (C) C_p de Y é 1,5, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X;
- (D) C_p de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X;
- (E) C_p de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade X.

4. (2023)

A razão de d para a é 14:3. A razão de b para c é 2:5. A razão de c para a é 10:9.

A razão de d para b é

- (A) 7:10.
- (B) 3:10.
- (C) 7:1.
- (D) 21:2.
- (E) 15:7.

5. (2023)

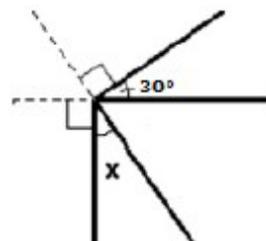
Uma empresa produz tintas de cor cinza, em dois modelos. No modelo 1, ela usa a proporção de 7 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. No modelo 2, a proporção é de 2 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. A empresa usará 1.100 galões de tinta preta e 900 galões de tinta branca na produção dos dois modelos.

Nesse caso, o total de galões do modelo 1 que serão produzidos é igual a:

- (A) 850;
- (B) 960;
- (C) 1.000;
- (D) 1.180;
- (E) 1.200.

6. (2024)

Um topógrafo, ao elaborar o esboço de uma planta, apresentou o seguinte esquema.

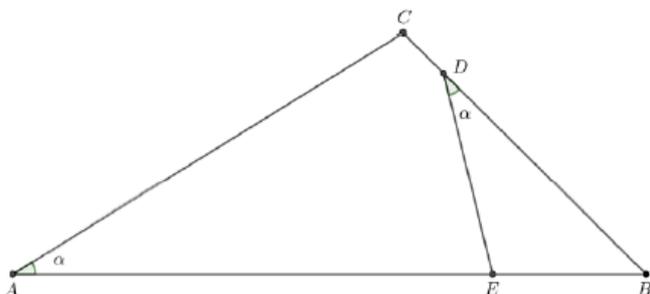


Tal esquema registra dois ângulos retos e um ângulo com medida de 30° . Dessa forma, a medida do ângulo indicado com a letra x é:

- (A) 15° .
- (B) 20° .
- (C) 30° .
- (D) 45° .
- (E) 60° .

7. (2023)

Considere o triângulo ABC. De um ponto D, sobre o lado BC, traça-se um segmento de reta até um ponto E, sobre o lado AB, de modo que o ângulo $B\hat{A}C$ tenha a mesma medida do ângulo $B\hat{D}E$, conforme ilustrado a seguir.



Se os segmentos AE, BD e CD medem 6 cm, 5 cm e 1 cm, respectivamente, então o segmento BE mede

- (A) $\sqrt{66}+3$ cm.
- (B) $\sqrt{66}-3$ cm.
- (C) $\sqrt{39}+3$ cm.
- (D) $\sqrt{39}-3$ cm.
- (E) $\sqrt{39}-5$ cm.

8. (2023)

Considere um triângulo ABC. Um ponto D está sobre o lado AC de modo que $CD = 2AD$. Um ponto E está sobre o lado AB de modo que $BE = 2AE$.

- A razão entre as áreas dos triângulos ABC e ADE vale
- (A) 9,00.
 - (B) 4,00.
 - (C) 2,25.
 - (D) 2,00.

9. (2023)

Considere 5 segmentos de reta com as seguintes medidas:

- segmento I: 5 cm;
- segmento II: 8 cm;
- segmento III: 10 cm.
- segmento IV: 12 cm.
- segmento V: 15 cm.

Pretende-se construir um triângulo. Para isso, escolher-se-ão 3 desses segmentos. Cada um deles corresponderá a um dos lados desse triângulo, sem sobras ou faltas. A seguinte escolha irá inviabilizar a construção do triângulo.

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

10. (2023)

Os ângulos internos de um triângulo ABC são tais que o dobro da medida em graus do ângulo \hat{A} é igual à soma das medidas em graus dos ângulos \hat{B} e \hat{C} .

Portanto, o ângulo \hat{A} mede

- (A) 45° .
- (B) 60° .
- (C) 75° .
- (D) 90° .

11. (2024)

Em um plano cartesiano, C é uma circunferência em que a corda AB, tal que $A(8,17)$ e $B(18,-7)$, é um de seus diâmetros. Os pontos em que C intersecta os eixos coordenados são vértices de um triângulo, cuja área vale

- (A) 70.
- (B) 66.
- (C) 64.
- (D) 60.
- (E) 56.

12. (2023)

Sejam r e s duas retas paralelas distintas, distantes 6 cm uma da outra. Sobre s, há dois pontos fixos B e C, distintos, distando 5cm um do outro. Um ponto A será escolhido na reta r.

O menor valor que o perímetro do triângulo ABC pode ter é

- (A) 16cm.
- (B) 17cm.
- (C) 18cm.
- (D) 19cm.
- (E) 20cm.

13. (2024)

Em um triângulo retângulo cuja hipotenusa mede 39 cm, a tangente de um dos ângulos agudos é $\frac{5}{12}$.

A soma das medidas dos catetos desse triângulo é igual a:

- (A) 13 cm.
- (B) 17 cm.
- (C) 34 cm.
- (D) 43 cm.
- (E) 51 cm.

14. (2023)

Em um triângulo retângulo, a altura relativa à hipotenusa a divide em partes que medem 4,5cm e 8cm.

A área desse triângulo mede

- (A) $36,0\text{cm}^2$.
- (B) $36,5\text{cm}^2$.
- (C) $37,0\text{cm}^2$.
- (D) $37,5\text{cm}^2$.
- (E) $38,0\text{cm}^2$.

15. (2023)

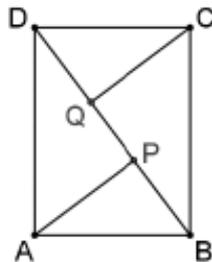
Em um triângulo retângulo ABC, o ângulo $\hat{A}BC$ mede 20° . O lado BC é prolongado até o ponto D, de modo que C fique entre B e D e CD tenha a mesma medida de AC.

Nesse caso, é **correto** afirmar que a tangente da medida do arco $\widehat{D\hat{A}C}$

- (A) é negativa.
- (B) está entre 0 e $\frac{\sqrt{3}}{3}$.
- (C) está entre $\frac{\sqrt{3}}{3}$ e 1.
- (D) está entre 1 e $\sqrt{3}$.
- (E) é maior que $\sqrt{3}$.

16. (2022)

No retângulo ABCD tem-se $AB = 6$ e $BC = 8$. Os segmentos AP e CQ são perpendiculares à diagonal BD.



O comprimento do segmento PQ é:

- (A) 2,2;
- (B) 2,4;
- (C) 2,5;
- (D) 2,8;
- (E) 3,0.

17. (2022)

Considere o triângulo retângulo ABC cujos lados medem: $AB = 12$, $AC = 5$ e $BC = 13$.

Seja D um ponto sobre o lado BC tal que os triângulos ABD e ACD tenham perímetros iguais.

A área do triângulo ABD é

- (A) 30.
- (B) $\frac{90}{13}$
- (C) $\frac{15}{2}$
- (D) $\frac{25}{2}$
- (E) $\frac{60}{13}$

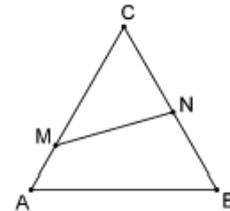
18. (2024)

Considere um triângulo cujos lados medem 4, 6 e 8. A tangente do maior ângulo interno deste triângulo mede

- (A) $\sqrt{15}$.
- (B) $\frac{4}{3}$.
- (C) $-\frac{\sqrt{15}}{16}$.
- (D) $-\frac{4}{3}$.
- (E) $-\sqrt{15}$.

19. (2024)

A figura a seguir mostra o triângulo equilátero ABC, um ponto M do lado CA e um ponto N do lado CB. São dadas as medidas: $MA = 2$, $AB = 10$ e $BN = 4$.



A medida do segmento MN é

- (A) $2\sqrt{10}$.
- (B) $4\sqrt{3}$.
- (C) $2\sqrt{13}$.
- (D) $2\sqrt{15}$.
- (E) $5\sqrt{2}$.

20. (2023)

Em um triângulo ABC, M e N são, respectivamente, pontos

sobre os lados BC e AC, tais que $\frac{BM}{CM} = \frac{AN}{CN} = 2$

A razão $\frac{MN}{AB}$ vale

- (A) $1/2$.
- (B) $1/3$.
- (C) $2/3$.
- (D) $3/4$.
- (E) $1/9$.

21. (2024)

Um terreno tem a forma de um quadrilátero ABCD onde os ângulos de vértices B e C são retos.

São dadas as medidas: $AB = 22$ m, $BC = 20$ m e $CD = 34$ m.

Uma cerca reta será construída do ponto A ao ponto P do lado CD de forma que o terreno fique dividido em duas partes de mesma área.

O segmento CP mede

- (A) 5m.
- (B) 6m.
- (C) 7m.
- (D) 8m.
- (E) 9m.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2024)

Buscando estabilidade e boas condições de trabalho, um cidadão pretende ocupar cargo público de provimento efetivo integrante da estrutura do estado de Mato Grosso. Nos termos da Lei Complementar Estadual no 4/1990, as carreiras serão organizadas em classes de cargos.

Correspondendo à remuneração do cargo, encontram-se as classes desdobradas em

- (A) níveis
- (B) cotas
- (C) salários
- (D) padrões
- (E) nichos

2. (2016)

No que se refere às formas de provimento, a Lei Complementar nº 04/1990 estabelece que

- (A) são requisitos essenciais da transferência, tanto para o servidor como para o cônjuge ou companheiro, o interesse comprovado do serviço, a existência de vaga e contar com 2 anos de efetivo exercício no cargo.
- (B) no caso da readaptação, se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, nos termos da lei vigente.
- (C) a reversão far-se-á a pedido ou de ofício.
- (D) reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez.
- (E) no caso do aproveitamento, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional.

3. (2016)

A Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Estado do Mato Grosso, estabelece que podem ser concedidas, remuneradamente ao servidor, ainda que de forma temporária, as licenças

- (A) por motivo de doença em pessoa da família e por motivo de afastamento do cônjuge.
- (B) por motivo de afastamento do cônjuge e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.
- (C) por motivo de doença em pessoa da família e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.
- (D) para atividade política e para qualificação profissional.
- (E) para atividade política e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.

4. (2018)

O Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Mato Grosso (Lei Complementar nº 207/2004) assegura ao servidor que responde a algum procedimento administrativo disciplinar previsto no código, o direito de recorrer em defesa do direito ou interesse legítimo. Nesse passo, cabe pedido de Reconsideração:

- (A) das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- (B) a qualquer tempo, a pedido, ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstanciais suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- (C) à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser o mesmo renovado.
- (D) no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da ciência do servidor da penalidade lhe imposta.
- (E) do indeferimento de recurso à autoridade superior.

5. (2016)

Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Estado de Mato Grosso, a ação disciplinar prescreverá em 5 anos quanto à infração punível com

- (A) suspensão e em 2 anos quanto à destituição de cargo em comissão.
- (B) suspensão e em 2 anos quanto à repreensão.
- (C) demissão e em 2 anos quanto à destituição de cargo em comissão.
- (D) demissão e em 2 anos quanto à repreensão.
- (E) demissão e em 2 anos quanto à cassação de aposentadoria.

6. (2016)

No que se refere ao benefício do salário família, a Lei Complementar nº 4/1990 estabelece que

- (A) o salário família será pago ao pai ou à mãe quando ambos forem servidores públicos e viverem em comum, e será pago a um e outro quando separados, de acordo com a distribuição dos dependentes.
- (B) é pago em parcela única, seja qual for o número de dependentes.
- (C) é considerado dependente o filho homem até 18 anos e a filha mulher até 24 anos.
- (D) é devido apenas ao servidor ativo.
- (E) o afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, acarreta a suspensão do pagamento do salário família.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

Ao estudar o tema atinente ao ato administrativo, Maya decidiu verificar os exemplos de atos que seriam perfeitos, válidos e ineficazes.

Assinale a opção que apresenta, **corretamente**, o exemplo que atende àquelas condições.

- (A) A realização de um ato administrativo por servidor incompetente.
- (B) A imediata remoção de servidor, a pedido, para outra lotação.
- (C) A exoneração a pedido de servidor, a contar de data futura.
- (D) A nomeação de servidor para atuar prontamente em comissão disciplinar.
- (E) A aplicação de penalidade de demissão a um servidor público, nas hipóteses previstas em lei, após o devido processo administrativo.

2. (2024)

No exercício de suas atribuições relacionadas ao controle interno, Mirela, servidora estável da Câmara dos Deputados, foi questionada acerca da eventual possibilidade de revogação nas seguintes hipóteses:

- I. deferimento de certo ato administrativo vinculado;
- II. ato precluso em determinado processo administrativo;
- III. ato administrativo cujo prazo já expirou.

Nesse contexto, Mirela respondeu corretamente que são irrevogáveis as situações constantes em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. (2024)

No âmbito da autotutela, as autoridades competentes verificaram a existência de ato administrativo contaminado por vício insanável, que produzia efeitos favoráveis a determinado particular de boa-fé, realizado em 25 de julho de 2018. Ocorre que o processo administrativo para fins de anulação de tal ato foi iniciado em fevereiro de 2023 e, após a garantia da ampla defesa e do contraditório, culminou na invalidação do ato apenas em 20 de novembro de 2023.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) não ocorreu a prescrição da pretensão da Administração de invalidar o ato em questão, que se submete ao prazo de dez anos;
- (B) ocorreu a decadência para a Administração anular o ato em questão, na medida em que foi transcorrido o prazo de cinco anos desde a data em que ele foi realizado;

(C) ocorreu a prescrição da pretensão da Administração de anular o ato em questão, pois foi transcorrido o prazo de três anos entre a sua realização e o início do processo administrativo;

(D) não ocorreu a decadência para a Administração invalidar o ato em questão, considerando que o processo administrativo foi instaurado antes do prazo de cinco anos de sua realização;

(E) não ocorreu decadência ou prescrição da pretensão da Administração invalidar o ato em questão, pois dos atos nulos não se originam direitos, de modo que os vícios insanáveis podem ser reconhecidos a qualquer tempo.

4. (2024)

Após a publicação de um edital de concurso público para a contratação de novos funcionários, a prefeitura de um município brasileiro se viu diante de um imprevisto: a região foi acometida por um estado de calamidade pública devido a chuvas intensas e inesperadas. Diante dessa situação, a administração municipal passou a reconsiderar a viabilidade de prosseguir com a realização do concurso.

No caso apresentado, é correto afirmar que a prefeitura (A) pode revogar o concurso, em respeito ao princípio da autotutela.

(B) pode anular o concurso, em respeito ao princípio da tutela.

(C) pode adiar o concurso, em respeito ao princípio da impessoalidade.

(D) não pode realizar o concurso, em respeito do princípio da publicidade.

(E) deve realizar o concurso na data estipulada, em função do princípio da razoabilidade.

5. (2023)

João, diretor de determinado órgão público, logo após assumir o cargo, constatou que o seu antecessor, dias antes de deixar o cargo, tinha promovido a anulação de certo ato administrativo, o que conduziu a resultados que lhe pareciam prejudiciais ao interesse público. À luz dessa narrativa, é argumentativamente defensável a assertiva de que João:

(A) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a coisa julgada administrativa;

(B) pode vir a anular o ato do seu antecessor, preenchidos os requisitos exigidos, como manifestação da autotutela;

(C) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a preclusão administrativa;

(D) pode vir a validar o ato do seu antecessor, alterando o seu objeto de modo a atender aos objetivos que almeje;

(E) pode vir a revogar o ato do seu antecessor, por razões de conveniência e oportunidade.

6. (2024)

No âmbito da classificação dos órgãos quanto à posição estatal, existem os órgãos independentes, também designados de órgãos primários do Estado, em relação aos quais é bastante difundida a compreensão de que eles têm as suas atribuições definidas na Constituição e de que são colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional.

Nesse contexto, podem ser apontados como exemplo de órgão independente:

- (A) os Tribunais de Justiça;
- (B) os entes federativos;
- (C) as Procuradorias dos Estados;
- (D) as entidades autárquicas;
- (E) as Secretarias de Estado.

7. (2022)

No processo de modernização da Administração Pública brasileira, marcado pela adoção de uma concepção neoliberal de política econômica voltada à redução do aparato estatal, a crescente transferência à iniciativa privada de atividades até então exercidas pelo Estado fez surgir a necessidade de fiscalização e controle das pessoas privadas que assumiam a incumbência da prestação de serviços públicos, em regra sob a forma de concessão ou permissão. Com inspiração no modelo norte-americano de regulação econômica e social, atribuiu-se às chamadas agências reguladoras o papel precípua de controle da prestação de serviços públicos e do exercício de atividades econômicas, de modo a adequar a atuação desses atores privados aos fins colimados pela Administração, notadamente a proteção do consumidor.

Dentre as peculiaridades das agências reguladoras, a doutrina especializada costuma destacar a natureza jurídica de:

- (A) autarquia sob regime especial e a gestão por dirigentes estáveis exercentes de mandatos fixos que asseguram certa independência em relação ao governo, além do poder normativo, consistente na edição de normas técnicas que ostentam status legal;
- (B) empresa pública sob regime especial e a gestão por dirigentes titulares de cargos efetivos que asseguram certa independência em relação ao governo, além do poder normativo, consistente na competência para regulamentar as leis que disciplinam o respectivo setor;
- (C) autarquia sob regime especial e a gestão por dirigentes titulares de cargos efetivos que asseguram certa independência em relação ao governo, além do poder normativo, consistente na competência para regulamentar as leis que disciplinam o respectivo setor;
- (D) autarquia sob regime especial e a gestão por dirigentes estáveis exercentes de mandatos fixos que asseguram certa independência em relação ao governo, além do poder normativo, consistente na edição de normas técnicas capazes de integrar a legislação aplicável ao setor, sem criar ou extinguir direitos e obrigações;
- (E) órgão público sob regime especial e a gestão por dirigentes exercentes de funções de confiança que garantem o alinhamento às diretrizes do Poder Executivo, além do poder normativo, consistente na edição de normas técnicas capazes de integrar a legislação aplicável ao setor, sem criar ou extinguir direitos e obrigações.

8. (2024)

Certo Município instituiu determinado serviço social autônomo em âmbito municipal, com o objetivo de promover o crescimento econômico e a geração de empregos por meio do fortalecimento de médias, pequenas e microempresas e cooperativas, especialmente por meio de programas e projetos de fomento e estímulo ao médio, ao pequeno e ao microempreendedor, bem como às cooperativas, inclusive de incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, mediante a destinação de verbas públicas.

Acerca da situação descrita, considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca dos serviços sociais autônomos, é correto afirmar que

- (A) o Município não tem competência para criar tal entidade de colaboração, dotada de regime jurídico privado, diante de sua forma de custeio;
- (B) por se tratar de entidade privada, que não integra a Administração Pública, o serviço social autônomo não se submete à fiscalização de Tribunal de Contas;
- (C) por integrar a Administração Indireta, como entidade de direito privado, o serviço social autônomo, precisa realizar concurso público para admissão dos respectivos empregados;
- (D) considerando que o serviço social autônomo integra a Administração Pública, enquanto entidade autárquica, é imprescindível a realização de procedimento licitatório nas contratações realizadas com terceiros;
- (E) o serviço social autônomo não integra a Administração Pública, de modo que é desnecessária a motivação para fins de demissão de seus empregados.

9. (2024)

A pessoa jurídica XYZ foi qualificada, em observância às formalidades legais, como organização da sociedade civil de interesse público, podendo celebrar parcerias com o Poder Público. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 9.790/1999, é correto afirmar que a pessoa jurídica XYZ é uma

- (A) organização partidária, que atua na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais
- (B) organização social, que atua na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- (C) associação privada, que atua na promoção da segurança alimentar e nutricional.
- (D) instituição religiosa, que atua na promoção da assistência social.
- (E) fundação pública, que atua na promoção do voluntariado.

10. (2022)

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Após consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

11. (2024)

Quanto ao Controle Administrativo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É possível o exercício do controle administrativo no âmbito dos poderes Legislativo e Judiciário.
- (B) Na seara do controle administrativo se busca a verdade formal e, por isso, o controle administrativo deve constituir-se em processo.
- (C) A fiscalização hierárquica abrange o controle de legalidade, bem como o de mérito.
- (D) A impugnação de um edital realizada por um cidadão é exemplo do exercício do direito de petição.
- (E) As corregedorias são órgãos que possuem a função de verificar a atuação dos agentes pelo prisma da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

12. (2022)

- Sobre o sistema da Lei Anticorrupção, é correto afirmar que:
- (A) na responsabilização pela Lei Anticorrupção, em que vigora o princípio da especialidade legal, têm incidência as disposições dos Arts. 49-A e 50 do Código Civil, que tratam da responsabilidade dos sócios e da desconsideração da personalidade jurídica;
 - (B) a Lei Anticorrupção prevê a responsabilidade solidária das sociedades consorciadas, bem como daquelas controladoras, controladas ou coligadas, sendo possível marcar todas com a obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado;
 - (C) sendo despida de natureza penal, a Lei Anticorrupção alcança fatos ocorridos antes da sua vigência, desde que haja concorrência com outros fatos praticados posteriormente a 29/01/2014, conexos ou não;
 - (D) decorre da Lei Anticorrupção a possibilidade de se exigir programa de integridade das pessoas jurídicas, diante do estabelecimento de um rol taxativo de documentos de comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista;
 - (E) a Lei nº 12.846/2013 prevê explicitamente acerca do funcionamento e da prática de política de prevenção e do programa de integridade e incentivo à comunicação de irregularidades por parte das sociedades empresárias.

13. (2023)

A respeito da responsabilização civil e administrativa das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, disciplinada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, é correto afirmar que:

- (A) traduz hipótese de responsabilização objetiva, nos âmbitos administrativo e civil, abrangendo a atuação lesiva das pessoas jurídicas em seu interesse ou benefício, bem como a atuação de seus dirigentes ou administradores;
- (B) admite a celebração de acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, condicionando-se à prévia e integral reparação de eventuais danos causados ao erário;
- (C) as sanções administrativas passíveis de aplicação às pessoas jurídicas responsáveis compreendem, além de multa e publicação extraordinária da decisão condenatória, a dissolução compulsória da sociedade empresária ou do consórcio de empresas;
- (D) as normas relativas aos prazos e marcos interruptivos da prescrição dos atos infracionais seguem a mesma sistemática aplicável aos atos de improbidade, observando-se o prazo prescricional de oito anos, contados da data da ciência da infração;
- (E) compreende a prática de atos contra a administração estrangeira, assim considerados os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

14. (2022)

A sociedade empresarial Inverta Gould & Comércio Ltda., mesmo sem nunca ter funcionado de fato, foi utilizada como instrumento para ocultar os reais ganhos do grupo econômico de que fazia parte, gerando frustração na arrecadação tributária sobre as suas atividades.

Considerando essa situação, à luz da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a conduta narrada:

- (A) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, na esfera administrativa, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos;
- (B) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, aplicada após regular processo judicial, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos;
- (C) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, na esfera administrativa, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, inclusive os tributos;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2023)

Em determinada relação processual, João, pessoa pública, argumentava que a conduta de Pedro, jornalista, ao elaborar extensa matéria sobre distintos aspectos de sua vida funcional, com a correlata emissão de juízo crítico a respeito de cada um deles, causou danos à sua honra. Pedro, por sua vez, sustentava o evidente interesse público no conhecimento da vida profissional de João, especialmente por ter ocupado cargos públicos durante décadas.

O Juiz de Direito, ao analisar os argumentos de João e Pedro, concluiu corretamente, à luz do entendimento dominante no direito brasileiro, que

- (A) o direito à honra, enquanto projeção da dignidade humana, apresenta posição preferente no rol dos direitos fundamentais, sempre que estiver em situação de colisão com outros bens e valores.
- (B) apesar do caráter absoluto dos direitos fundamentais, o que decorre do princípio da dignidade da pessoa humana, a resolução das situações de colisão ocorrerá com o emprego da técnica de ponderação.
- (C) direitos fundamentais não são ontologicamente colidentes entre si, sendo necessário identificar o potencial expansivo de cada qual, de modo a verificar qual deles, se o de João ou o de Pedro, se projeta sobre a situação concreta.
- (D) a concordância prática entre os direitos fundamentais é solucionada a partir da identificação do seu sentido imanente, que é concebido em sua individualidade, à margem de considerações em relação a outros direitos.
- (E) os direitos fundamentais, como os de João e Pedro, embora apresentem um sentido inicial, se projetarão na realidade conforme os circunstancialismos presentes no momento da aplicação, de modo que podem se comprimir ou estender.

2. (2022)

José foi instado por Maria a apresentar a justificação teórica para a colisão entre direitos fundamentais e a imposição de restrições a esses direitos, o que deveria ser feito na perspectiva da teoria interna.

José respondeu corretamente que, para essa teoria,

- (A) a restrição não tem existência autônoma em relação ao direito, que tem um limite imanente.
- (B) a solução da colisão entre direitos fundamentais é normalmente resolvida com um juízo de ponderação.
- (C) o direito tem um conteúdo prima facie, somente dando origem a uma posição definitiva após o cotejo com outras normas.

(D) esses direitos devem se expandir até que seja identificada a necessidade de concordância prática com outros direitos, resolvendo-se o conflito no plano da aplicação.

(E) a existência de restrições aos direitos é indissociável da necessidade de concordância prática, mas somente devem incidir após a individualização de cada direito.

3. (2022)

Maria e João, teóricos do Direito Constitucional e da necessária interrelação entre as instituições, buscaram analisar algumas características do efeito backlash.

Enquanto João sustentava que o seu locus de desenvolvimento é o plano deontológico, Maria tinha entendimento diametralmente oposto, afirmando que ele se apresenta no axiológico.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) João está certo, pois a análise contramajoritária realizada pelo Poder Judiciário se desenvolve no plano exclusivamente jurídico.
- (B) Maria está certa, pois a feição ideológica da decisão judicial evidencia que a base de valores do ambiente sociopolítico teve papel preponderante na análise realizada.
- (C) João e Maria estão errados, pois, em ambientes democráticos, as divergências entre os Poderes Judiciário e Legislativo se apresentam no plano argumentativo.
- (D) as concepções de João e Maria se interpenetram, porque a reação ideológica à decisão contramajoritária, embora se situe no plano axiológico, é seguida da adoção de medidas de ordem jurídico-deontológica.
- (E) as concepções de João e Maria devem ser integradas a partir do filtro democrático, de modo que a coletividade possa avaliar em que medida deve cancelar cada decisão nos planos deontológico e axiológico.

4. (2021)

André e Felipe travaram intenso debate a respeito da relevância do alicerce teórico dos direitos fundamentais em um Estado Democrático de Direito, de modo a identificar o surgimento de possíveis situações de conflito entre eles.

André defendia que a teoria externa alicerçava os direitos fundamentais. A partir deles seriam obtidas posições definitivas e teriam natureza principiológica. Felipe, por sua vez, entendia que esses direitos estavam alicerçados na teoria interna. Dariam origem a posições prima facie e teriam a natureza de regras. À luz da forma como os direitos fundamentais têm sido compreendidos na realidade brasileira, é correto afirmar que:

- (A) André está completamente certo;
- (B) Felipe está completamente certo;
- (C) André está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais dão origem a posições prima facie;

- (D) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais têm a natureza de princípios;
 (E) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais estão alicerçados na teoria interna.

5. (2023)

Johnson, nacional do País Alfa, foi acusado e condenado por ter violado segredos de Estado. Por tal razão, decidiu fugir para o território brasileiro. Assim que o País Alfa teve conhecimento do paradeiro de Johnson, firmou tratado de extradição com a República Federativa do Brasil e requereu a extradição desse fugitivo.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- (A) Johnson somente poderia ser extraditado se tivesse praticado crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, sendo o tratado de extradição dispensável, bastando a promessa de reciprocidade.
 (B) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson, embora a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autorize a sua extradição.
 (C) o tratado de extradição pode ser aplicado a Johnson e a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autoriza a sua extradição.
 (D) apesar de o tratado de extradição poder ser aplicado a Johnson, o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.
 (E) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson e o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.

6. (2022)

A entidade de classe Alfa, regularmente constituída e em contínuo funcionamento há mais de uma década, obteve, em mandado de injunção coletivo, provimento jurisdicional favorável, sendo assegurada aos seus associados a fruição de um direito social de contornos essencialmente coletivos. Após o trânsito julgado do acórdão, os associados da entidade de classe Beta, que não integrou a relação processual, consultaram o seu advogado a respeito da possibilidade de se beneficiarem do mesmo provimento jurisdicional.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) é da essência do mandado de injunção coletivo que o acórdão produza efeitos ultra partes ou erga omnes, como na situação descrita, logo, os associados de Beta podem se beneficiar do mesmo provimento jurisdicional;
 (B) devem ser observados os limites subjetivos da coisa julgada, não sendo possível que o acórdão que assegurou a fruição de um direito social aos associados de Alfa venha a ter os seus efeitos estendidos aos associados de Beta;
 (C) é possível que a associação Beta, em razão da cláusula rebus sic stantibus, reabra a relação processual na qual foi proferido o acórdão que produziu efeitos benéficos aos associados de Alfa e solicite a sua integração, o que deve ser feito sob o crivo do contraditório;

- (D) somente produzirá efeitos em relação aos associados de Beta que tenham impetrado mandado de injunção individual e, uma vez cientificados da impetração do mandado de injunção coletivo, tenham optado por suspender a respectiva relação processual até o trânsito em julgado do provimento de mérito;

(E) pode ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes ao acórdão, desde que isto seja inerente ou indispensável ao exercício do direito social objeto da impetração, o que não foi feito, mas isto não impede que os efeitos do acórdão, mesmo após o trânsito em julgado, sejam estendidos a casos análogos por decisão monocrática do relator.

7. (2021)

Maria tomou conhecimento, por intermédio de um amigo, servidor público, que as informações existentes em determinada repartição estadual a seu respeito estavam totalmente dissociadas da realidade.

Com base na informação que recebera do amigo, Maria ajuizou a ação constitucional de *habeas data*, formulando o pedido de retificação dos dados.

Considerando as normas vigentes, é correto afirmar que a ação ajuizada por Maria

- (A) é adequada ao objetivo almejado, devendo ser julgado procedente o pedido formulado.
 (B) não deve ser conhecida, já que o requerimento de retificação não foi previamente formulado e indeferido, ou não conhecido, no plano administrativo.
 (C) não deve ser conhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta a direito líquido e certo de Maria, devendo ser tutelado via mandado de segurança.
 (D) não deve ser reconhecida, pois a incorreção das informações caracteriza afronta à legalidade administrativa, devendo ser corrigida exclusivamente pelo direito de petição.
 (E) apenas será conhecida se o Poder Público, uma vez notificado dos termos da demanda, deixar de apresentar, no prazo indicado, certidão comprovando a retificação dos dados.

8. (2023)

Joana, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da correlação, na perspectiva da ordem constitucional brasileira, entre os conceitos de cidadania, nacionalidade e direitos políticos.

O professor respondeu, **corretamente**, que:

- (A) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira é cidadão;
 (B) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira tem direitos políticos;
 (C) o cidadão pode adquirir os direitos políticos com o alistamento eleitoral;
 (D) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira, quando nata, pode se tornar cidadão, o que é vedado ao naturalizado;
 (E) aquele que tem a nacionalidade brasileira pode se tornar cidadão, momento em que irá adquirir os direitos políticos.

9. (2022)

Johan nasceu no território brasileiro quando seus pais, Mathews, de nacionalidade alemã, e Marie, de nacionalidade francesa, aqui se encontravam a serviço da embaixada do Egito. Meses após o seu nascimento, Johan se mudou juntamente com a família para a Espanha. Ao completar 18 anos de idade, decidiu morar no Brasil, mas tinha dúvidas em relação ao tratamento jurídico que lhe seria dispensado.

Ao consultar um advogado, foi corretamente informado a Johan que ele é considerado:

- (A) estrangeiro, considerando a situação pessoal dos seus pais;
- (B) brasileiro nato, independentemente do cumprimento de qualquer outra condição;
- (C) brasileiro nato, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- (D) brasileiro nato, caso comprove que seus pais residiram no território brasileiro por mais de quinze anos ininterruptos e não tiveram condenação penal;
- (E) estrangeiro, mas será alcançado pelo instituto da quase-nacionalidade por ter nascido no território brasileiro, apesar da situação pessoal dos seus pais.

10. (2024)

Maria, brasileira nata, morava há muitos anos no exterior. No início deste mês, embora não tenha adquirido outra nacionalidade, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade brasileira competente, por entender que os seus laços com a República Federativa do Brasil, em uma perspectiva axiológica, tinham sido dissolvidos.

Considerando os balizamentos oferecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar, em relação ao pedido formulado, que:

- (A) não pode ser acolhido, pois a nacionalidade brasileira é irrenunciável;
- (B) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, sendo vedada a sua reaquisição;
- (C) embora seja admitida a renúncia da nacionalidade brasileira, isso não é possível em relação a Maria;
- (D) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas a sua reaquisição está sempre sujeita à discricionariedade da autoridade administrativa competente;
- (E) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas Maria pode readquiri-la, o que ocorrerá em caráter derivado, com a naturalização, não em caráter originário.

11. (2024)

João almejava concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições. Ao procurar um advogado e descrever os distintos aspectos afetos à sua trajetória, João recebeu a informação de que era alcançado por uma causa de inelegibilidade prevista na Constituição da República.

Ao questionar o advogado em relação às consequências de uma causa de inelegibilidade como a referida, foi-lhe corretamente respondido que, pelas características desse instituto, ele

- (A) não pode concorrer a nenhum cargo eletivo.
- (B) somente não pode concorrer aos cargos eletivos indicados.
- (C) somente não pode concorrer a cargos eletivos em certas esferas territoriais.

(D) pode afastar a incidência da causa de inelegibilidade valendo-se da desincompatibilização.

(E) preserva os direitos políticos, ainda que haja restrições em relação à possibilidade de concorrer a cargo eletivo.

12. (2024)

João foi convidado pelo Partido Político Alfa a concorrer ao cargo eletivo de Prefeito do Município Beta. Pouco tempo depois do convite, descobriu-se que João tinha sido condenado pela prática de crime, em sentença penal transitada em julgado, e estava cumprindo pena restritiva de direitos.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

- (A) perdeu os direitos políticos.
- (B) está inabilitado para o exercício de qualquer função pública.
- (C) apresenta restrições em sua cidadania, nas acepções ativa e passiva.
- (D) embora possa votar, está inelegível, não podendo concorrer a nenhum cargo eletivo.
- (E) embora possa votar, está inelegível para concorrer a cargos eletivos na circunscrição territorial em que foi condenado.

13. (2023)

O Município Alfa foi criado, em momento posterior à promulgação da Emenda Constitucional no 15/1997, mais especificamente em 2007, com base exclusivamente em permissivo da Lei no X, do Estado Alfa, em cujo território estava localizado, e sem a realização de consulta prévia às populações diretamente interessadas. Em demanda na qual se opuseram os Municípios Alfa e Beta, este último, do qual Alfa fora desmembrado, argumentava que a referida criação era inconstitucional, logo, não poderia realizar o lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) dos imóveis situados no território que fora ilícitamente atribuído a Alfa. Afinal, a competência tributária seria de Beta, pois o seu território não fora desmembrado de forma válida. Alfa, por sua vez, argumentava que sua criação, promovida por lei publicada em 2007, foi posteriormente convalidada pela Emenda Constitucional no 57/2008, logo, fazia jus ao IPTU.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a criação de Alfa:

- (A) embora tenha sido irregular, foi convalidada pela Emenda Constitucional no 57/2008.
- (B) por ter decorrido da prática de ato inconstitucional, não poderia ser convalidado em momento posterior.
- (C) não foi convalidada pela Emenda Constitucional no 57/2008, apenas porque a lei de criação foi publicada em momento inadequado.
- (D) não foi convalidada pela Emenda Constitucional no 57/2008, apenas porque não fora ouvida, mediante plebiscito, a população diretamente interessada.
- (E) não foi convalidada pela Emenda Constitucional no 57/2008, já que a lei de criação foi publicada em momento inadequado e não fora ouvida, mediante plebiscito, a população diretamente interessada.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (2024)

Bruce (85 anos) viajava de avião com sua esposa Marta (50 anos) e seu filho Olívio (17 anos) quando pane elétrica causou a queda da aeronave com a morte de todos os passageiros. Deixaram outra filha comum, Olívia, e dois netos, filhos de Olívio.

Nesse caso, à luz das normas do Código Civil, é correto afirmar que se presume:

- (A) Bruce ter morrido antes, por ser mais velho;
- (B) Bruce e Marta terem morrido antes, para que a herança passasse a Olívio e, depois, aos netos;
- (C) Olívio ter falecido antes, para que não haja direito sucessório entre os envolvidos;
- (D) todos terem falecido ao mesmo tempo, sem direitos sucessórios entre eles;
- (E) todos terem falecido ao mesmo tempo, sendo os direitos sucessórios entre eles regulados nos termos do Art. 1.829 do Código Civil.

2. (2024)

Aline e Márcio, após 10 anos de namoro e de um completo planejamento acerca da vida familiar que teriam, contraíram matrimônio em dezembro de 2017. Conforme planejado, foram morar em São Carlos/SP e em janeiro de 2021 nasceu Vitinho, filho do casal. A família levava uma vida muito feliz e tranquila até que Aline descobre uma segunda gravidez, não planejada, em março de 2022. Receosa de como Márcio reagiria, já que desde a época do namoro ele sempre afirmou que só teria um filho, Aline escondeu a gravidez durante um tempo, mas Márcio acabou descobrindo em maio.

Diante da notícia, o casal passou a brigar constantemente. Além disso, Márcio desenvolveu um quadro de depressão, devidamente diagnosticado. Aline acreditava que com o passar do tempo ele ficaria feliz, mas certo dia do mês de julho, Márcio saiu para trabalhar e nunca mais retornou. Aline, diante de toda a situação e de uma grande fragilidade em sua saúde, sofreu um aborto espontâneo. Mesmo após o fato, Aline não poupou esforços para tentar localizar o marido, mas transcorrido um mês desde o seu desaparecimento, acompanhado de uma total falta de notícias, Aline requereu judicialmente a declaração de ausência de Márcio.

Diante da situação hipotética, é **correto** afirmar que, na fase da sucessão provisória,

- (A) proceder-se-á ao inventário e a partilha dos bens de Márcio, transmitindo-se a posse dos bens correspondentes aos seus respectivos quinhões à Aline e ao Vitinho, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros e prestadas garantias reais equivalentes aos quinhões respectivos.
- (B) para que os herdeiros legítimos e testamentários, se houver, possam adquirir a propriedade dos bens correspondentes aos seus respectivos quinhões, deverão prestar garantias reais.

(C) Márcio será declarado presumidamente morto e proceder-se-á ao inventário e a partilha dos bens, que serão transmitidos aos herdeiros legítimos e testamentários, se houver.

(D) proceder-se-á ao inventário e a partilha dos bens de Márcio, transmitindo-se a posse dos quinhões correspondentes à Aline e ao Vitinho, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, dispensada a prestação de garantias reais.

(E) proceder-se-á ao inventário e a partilha dos bens de Márcio, transmitindo-se a posse dos quinhões correspondentes à Aline e ao Vitinho, que deverão capitalizar metade dos frutos e rendimentos dos bens correspondentes aos seus quinhões.

3. (2021)

Arnaldo saiu de casa em 2004 e desde então não houve mais notícias dele. Em 2005, seus filhos pleitearam a declaração de sua ausência, que foi deferida no mesmo ano, com a arrecadação dos bens de Arnaldo e a nomeação de um dos filhos como curador. Em 2006, a pedido do curador, foi aberta a sucessão provisória de Arnaldo, e os filhos foram imitados na posse dos bens. Em 2017, a requerimento dos filhos, a sucessão provisória foi convertida em definitiva. O advogado dos filhos, contudo, os alertou que, reaparecendo Arnaldo até 2027, poderia exigir de volta os bens, no estado em que se encontrarem.

Arnaldo presume-se morto desde:

- (A) 2004;
- (B) 2005;
- (C) 2006;
- (D) 2017;
- (E) 2027.

4. (2024)

A Associação de Produtores de Frutas foi constituída há dez anos e já possui quarenta associados. A finalidade da associação é unir os produtores de frutas da cidade de Nova Vida e contribuir para o fomento da atividade, bem como defender os direitos e garantias individuais e coletivos dos associados. Lúcio, associado e titular de cota do patrimônio da associação, faleceu na última semana, e tem Horácio como único herdeiro. Laura, antiga associada, pretende destituir um dos administradores por considerar que este realiza uma gestão indevida dos recursos para a manutenção da administração. Ana, associada há cinco anos, entende que já é o momento de incluir no estatuto uma categoria de associados com vantagens especiais, sugerindo a categoria de “associados beneméritos”.

Considerando a situação hipotética narrada, analise as assertivas a seguir.

I. Após o falecimento de Lúcio, a transferência de quota do patrimônio da associação importará na atribuição da qualidade de associado ao seu herdeiro Horácio, se existir previsão estatutária nesse sentido.

II. Laura poderá convocar Assembleia Geral com a finalidade de destituir um dos administradores se reunir ao menos vinte e um associados para promovê-la.

III. O estatuto pode prever a categoria de associados com vantagens especiais, no caso, de “associados beneméritos” pretendida por Ana, visto que isso não afasta a exigência de que todos os associados devam ter iguais direitos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

5. (2022)

Juliano viveu uma vida de excessos e se preocupa em dar um fim útil ao considerável conjunto de bens que amealhou durante a sua vida. Por isso, deseja que, após a sua morte, 20% dos seus bens sejam destinados à instituição de uma fundação para fins de defesa, conservação e promoção do meio ambiente dos povos ribeirinhos.

A partir disso, é correto afirmar que:

- (A) se insuficientes para instituir a fundação, os bens deixados por Juliano deverão retornar ao monte a ser inventariado, a fim de que se faça a partilha;
- (B) para alterar o estatuto da fundação, a reforma deve ser deliberada por 2/3 dos competentes para gerir e representá-la e não desvirtuar ou contrariar o seu fim;
- (C) se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em 180 dias, a incumbência caberá ao Ministério Público;
- (D) tornando-se inútil, impossível ou ilícita a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo da sua existência, o juiz lhe promoverá a extinção, incorporando o seu patrimônio a outra fundação.

6. (2023)

A desconsideração positiva da personalidade jurídica é:

- (A) requerida pelo próprio devedor para conservar seu patrimônio mínimo, notadamente o bem de família que esteja em nome da pessoa jurídica;
- (B) requerida exclusivamente pelos credores, com base na teoria maior, nos casos em que a inexistência de pessoa jurídica formal (por falta de registro, por exemplo) seja utilizada pelo devedor para ocultar seu patrimônio;
- (C) requerida exclusivamente pelos credores, com base na teoria menor, nos casos em que a inexistência de pessoa jurídica formal (por falta de registro, por exemplo) seja utilizada pelo devedor para ocultar seu patrimônio;
- (D) sinônima da desconsideração expansiva da personalidade jurídica, com base na teoria maior, em que o sócio oculto é chamado a responder pelo débito;
- (E) sinônima da desconsideração expansiva da personalidade jurídica, com base na teoria menor, em que o sócio oculto é chamado a responder pelo débito.

7. (2024)

Eduarda, artista plástica, montou seu ateliê em um sobrado que recebeu de herança de sua avó paterna. Ela produz esculturas que coloca à venda para os visitantes do ateliê, feitas em madeira e pintadas à mão, nunca produzindo uma peça idêntica a outra anterior. As esculturas são revestidas de um verniz que lhes confere grande durabilidade.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, é correto classificar as esculturas produzidas por Eduarda como:

- (A) bens infungíveis e consumíveis;
- (B) bens infungíveis e pertencentes do sobrado;
- (C) bens consumíveis e acessórios do sobrado;
- (D) bens fungíveis e não consumíveis;
- (E) bens não consumíveis e pertencentes do sobrado.

8. (2023)

No dia 29/02/2020, Maria da Penha compra um imóvel da Construtora Lar Paraíso Ltda. Os pagamentos são previstos da seguinte forma: entrada em quinze dias corridos, intermediária dali a um ano e parcela final em meados de fevereiro de 2023.

Nesse caso, à luz do Código Civil, as parcelas têm vencimento, respectivamente, em:

- (A) 14/03/2020; 28/02/2021 e 15/02/2023;
- (B) 14/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023;
- (C) 15/03/2020; 28/02/2021 e 14/02/2023;
- (D) 15/03/2020; 01/03/2021 e 14/02/2023;
- (E) 15/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023.

9. (2023)

Alberto é proprietário de um imóvel residencial no centro da cidade de Porto Alegre, atualmente cedido em locação a Vilma, uma senhora muito idosa que, segundo Alberto apurou, encontra-se em frágeis condições de saúde. Prevendo que um falecimento iminente de Vilma é bastante provável e desejando preservar sua renda mensal proporcionada pelo valor do aluguel do imóvel, Alberto celebrou um contrato com seu amigo Rodrigo, por meio do qual aquele se obrigava a ceder o imóvel em locação para este, caso a atual inquilina viesse a falecer antes do final do ano corrente.

Nesse caso, é **correto** afirmar que Rodrigo:

- (A) já é titular dos direitos a que visa o contrato de locação, mas o exercício desses direitos encontra-se, por ora, suspenso;
- (B) já pode exercer os direitos a que visa o contrato de locação, pois os negócios entre vivos são exequíveis imediatamente;
- (C) ainda não adquiriu nenhum direito visado pelo contrato de locação, ostentando mera expectativa de fato;
- (D) pode exercer desde já medidas voltadas à conservação dos direitos visados pelo contrato, os quais ainda não adquiriu;
- (E) adquirirá retroativamente os direitos a que visa o contrato de locação quando Vilma falecer, pois o negócio é de execução periódica.

10. (2023)

Abel, advogado, firmou contrato com sua cliente, Edna, por meio do qual se obrigou a prestar serviços de consultoria e representação judicial e extrajudicial, por prazo indeterminado.

Na minuta assinada por ambas as partes, ajustou-se que o pagamento dos honorários contratuais estaria vinculado à venda de um dos bens imóveis de Edna, considerando que ela o colocaria à venda, na proporção de 10% sobre o seu valor.

Após 3 (três) anos de prestação de serviço, com diversas consultorias prestadas, atuando na defesa processual de Edna em diversas ações, Edna diz a Abel que desistiu de vender o imóvel anunciado, por questões de foro íntimo.

Diante dos fatos, Abel solicitou uma reunião para repactuar sua remuneração, mas Edna decidiu revogar o mandato, informando que nada lhe é devido porque decidiu não vender o bem durante esse tempo.

Sobre o fato apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cláusula de pagamento dos honorários revela condição suspensiva de eficácia da obrigação, razão pela qual não pode ser considerada verificada, porque não houve a venda do bem.
- (B) É defesa a cláusula de pagamento que estipulou a condição suspensiva atrelada à venda do imóvel, porque se revelou puramente potestativa.
- (C) O ato de revogação do mandato, realizado por Edna, é direito subjetivo do mandante, obrigando a parte contrária (mandatário) a sujeitar-se aos seus efeitos, ainda que se possa discutir a remuneração pelo período de vigência do mandato.
- (D) O contrato firmado entre as partes tem natureza de negócio jurídico bilateral que, na classificação da teoria dos fatos jurídicos, é espécie de ato jurídico em sentido estrito.
- (E) O negócio pode ser anulado por lesão, na medida em que é possível verificar que, desde o início, Edna teve a intenção manifesta de prejudicar Abel, aproveitando-se de seus serviços, para causar-lhe dano futuro.

11. (2022)

Renato, filho do diretor-geral da D.U., procura Romualdo, senhor idoso e com problemas de saúde, sócio-gerente da Fruve Ltda., para convencê-lo a desistir da concorrência que a Fruve vinha mantendo com a D.U. em determinado certame licitatório. Para isso, ameaçou revelar para a esposa de Romualdo que ele mantivera um relacionamento extraconjugal. Amedrontado, já que sempre foi muito cioso com relação à sua reputação como marido, Romualdo cedeu e formalizou a renúncia da Fruve à concorrência.

Nesse caso, é **correto** afirmar que:

- (A) a ação de nulidade da renúncia pode ser proposta em face de Renato e de seu pai, se este tivesse ou devesse ter conhecimento da coação;
- (B) proposta a ação de anulação da renúncia, a coação deve ser apreciada subjetivamente, de acordo com as características de Romualdo e as circunstâncias capazes de agravar a coação;
- (C) se o pai de Renato tivesse ou devesse ter conhecimento da coação, o negócio jurídico de renúncia será anulado e somente ele deverá indenizar Romualdo em perdas e danos;

- (D) a renúncia formalizada por Romualdo é nula, pois foi concluída com o emprego de exercício abusivo de direito;
- (E) Romualdo tem o prazo de quatro anos para pleitear a anulação da renúncia, prazo que começa a correr a partir da data da celebração do negócio jurídico.

12. (2022)

Por meio de um aplicativo de locação de veículos entre particulares e pretendendo usá-lo para uma viagem para uma remota unidade de conservação (parque nacional), Leandro alugou um automóvel de Terêncio, depositando de imediato o preço do aluguel, correspondente a um mês. Na véspera da viagem, após ter resolvido pesquisar sobre o parque, Leandro descobriu que precisaria de um veículo com tração nas quatro rodas, o que o veículo alugado de Terêncio não tinha. Assim, pleiteou o dinheiro de volta alegando erro.

Sabendo-se que Leandro não especificou a Terêncio a razão pela qual alugara o veículo, é **correto** afirmar que Leandro:

- (A) pode reaver o dinheiro do aluguel com base na nulidade do contrato;
- (B) pode reaver o dinheiro do aluguel após anular o contrato com base no erro substancial;
- (C) não pode reaver o dinheiro do aluguel, pois o erro é acidental;
- (D) pode reaver o dinheiro do aluguel, pois o motivo era determinante para o contrato;
- (E) não pode reaver o dinheiro do aluguel, pois o motivo não foi expressado como razão determinante do contrato.

13. (2024)

Rebeca, grafiteira amadora de 17 anos, costuma mostrar seus trabalhos em rede social. O Restaurante D Ltda. solicitou orçamento, por meio da sua plataforma, para que Rebeca realizasse seu trabalho em uma parede do estabelecimento. Antes de apresentar uma proposta, Rebeca se dirigiu ao Restaurante D Ltda. para conhecer o espaço. Ali, encontrou o administrador da sociedade, que, surpreso com a aparência jovem da artista, perguntou sua idade. Rebeca informou que tinha 19 anos e estimou seu serviço no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Mesmo tendo recebido metade do valor contratado de forma antecipada, Rebeca não retornou ao estabelecimento na data ajustada. Ao entrar em contato por meio da rede social, o Restaurante D Ltda. foi informado, por Laura, que se identificou como mãe da artista, que Rebeca era menor de idade e, por isso, não podia ser contratada para o serviço. Sobre o valor antecipado, Laura disse que desconhecia tal montante.

Diante do cenário descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de assistência é motivo de nulidade da avença, e o restaurante deve cobrar de Laura a devolução dos valores em razão de enriquecimento sem causa.
- (B) O negócio é válido e o restaurante pode exigir a obrigação assumida por Laura, sob pena de restituição do valor e das perdas e dos danos, caso haja prova.
- (C) O negócio é inválido, mas a conduta é socialmente relevante e, ao produzir efeitos jurídicos, oferece ao restaurante a opção de responsabilizar Laura pelo inadimplemento.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2023)

O juiz percebeu que o procurador do réu não tinha regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nem sequer era advogado. Nesse sentido, o juiz suspendeu o processo, ainda na instância originária, e determinou que se regularizasse a representação da parte ré. Todavia, o réu não constituiu outro procurador, porque queria ser defendido por aquele que indicara anteriormente e que assumiria qualquer ônus pela falta de técnica processual em sua defesa.

Nesse sentido, o juiz deverá:

- (A) extinguir o processo, sem resolução do mérito;
- (B) julgar o mérito imediatamente;
- (C) nomear um defensor público ao réu;
- (D) considerar o réu revel;
- (E) permitir que o procurador permaneça no processo.

2. (2020)

Tendo sido acolhido, em sentença, o pedido formulado pelo autor, o réu, no prazo legal, interpôs recurso de apelação.

Depois do oferecimento das contrarrazões recursais e da subida dos autos ao tribunal, o único advogado da parte ré renunciou ao mandato que lhe fora outorgado, disso dando ciência ao seu constituinte.

Distribuído o processo a um dos órgãos fracionários do tribunal, o desembargador a quem coube a sua relatoria, constatando que o demandado não mais tinha advogado, suspendeu o feito e assinou-lhe prazo razoável para que sanasse o vício, o que não foi atendido.

Nesse cenário, deverá o relator:

- (A) julgar extinto o processo, sem resolução do mérito;
- (B) decretar a nulidade do processo;
- (C) nomear curador especial para patrocinar a defesa do réu;
- (D) deixar de conhecer do recurso de apelação;
- (E) conhecer do recurso de apelação, negando-lhe provimento.

3. (2022)

Em razão de acidente que envolveu o seu veículo e uma via-tura policial, João intentou ação indenizatória em face do Estado-membro, pleiteando a indenização dos danos materiais e morais que alegadamente experimentou no episódio.

Deferido o benefício da gratuidade de justiça e promovido o juízo positivo de admissibilidade da demanda, a Fazenda Pública ofertou a sua peça contestatória, negando os fatos constitutivos do direito afirmado pelo demandante.

Encerrada a fase instrutória, o autor, percebendo que os elementos de prova carreados aos autos em nada o favoreciam, e concluindo pela inevitabilidade de seu insucesso no feito, revogou o mandato que havia outorgado ao único advogado que lhe patrocinava a causa.

Na sequência, o juiz determinou a intimação de João, primeiramente, por via postal, e, depois, por oficial de justiça, a fim de regularizar o vício de sua representação, tendo ele persistido em sua postura inerte.

Nesse panorama, deverá o juiz:

- (A) determinar a abertura de vista dos autos ao órgão da Defensoria Pública, a fim de doravante patrocinar a causa de João;
- (B) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, condenando João nas sanções da litigância de má-fé, embora com a incidência de isenção a título do benefício da gratuidade de justiça;
- (C) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, sem condenar João nas sanções da litigância de má-fé;
- (D) julgar improcedente o pedido, condenando João nas sanções da litigância de má-fé, embora com a incidência de isenção a título do benefício da gratuidade de justiça;
- (E) julgar improcedente o pedido, condenando João nas sanções da litigância de má-fé, sem a incidência de isenção a título do benefício da gratuidade de justiça.

4. (2021)

Arlindo recebe salário elevado, mas está superendividado. Pela Defensoria Pública, intenta ação buscando a revisão de parte dos seus débitos, requerendo gratuidade de justiça.

Nessa demanda:

- (A) à vista do salário de Arlindo e do perfil das suas despesas, o juízo poderá indeferir de plano a gratuidade requerida, ou concedê-la apenas parcialmente, cabendo agravo de instrumento em ambos os casos;
- (B) caso a gratuidade seja concedida e Arlindo não obtenha a procedência do seu pleito revisional, a sentença não poderá condená-lo ao pagamento de despesas processuais e honorários da parte contrária;
- (C) caso haja indeferimento liminar da gratuidade, caberá agravo de instrumento, ficando Arlindo dispensado do recolhimento de custas pelo menos até decisão, sobre a questão, do relator do recurso;
- (D) ainda que tenha obtido a gratuidade, Arlindo poderá eventualmente ser condenado a pagar multa à parte contrária por litigância de má-fé, mas a obrigação ficará sob condição suspensiva de exigibilidade por cinco anos;
- (E) caso haja indeferimento liminar da gratuidade, o agravo de instrumento a ser interposto visará à concessão da gratuidade e, subsidiariamente, ao reconhecimento de que a Defensoria pode seguir na defesa de Arlindo, mesmo que sem gratuidade.

5. (2021)

Tendo a sentença condenado o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, é correto afirmar, como regra geral, que:

- (A) não são devidos honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença;
- (B) se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas e os honorários advocatícios;
- (C) caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, são cabíveis embargos de declaração, sendo vedada ação autônoma posterior para sua definição e cobrança;
- (D) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, admitida a compensação em caso de sucumbência parcial;
- (E) os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido, ou não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

6. (2023)

Júnior, menor de idade, ingressa, representado por seu pai Pedro, com uma demanda indenizatória em face de uma fabricante de fraldas.

Nesse caso, a procuração deverá:

- (A) dar-se por instrumento público, por envolver direito de representação de menor de idade;
- (B) conter um prazo de validade, porque inviável o mandato perpétuo;
- (C) especificar, se assim desejar o mandante, os poderes para entabular transação com o réu, o que não se contém na cláusula *ad judícia*;
- (D) ser outorgada em nome de Pedro, porque será ele quem outorgará ao advogado poderes para, em seu lugar, representar seu filho Júnior;
- (E) restringir-se aos poderes gerais compreendidos na cláusula *ad judícia*, considerando que é vedado ao incapaz outorgar poderes especiais.

7. (2024)

Aristóteles é citado em ação movida por Sócrates. O objetivo da ação é a demolição parcial de imóvel urbano, constando do registro imobiliário que Aristóteles é o proprietário do bem. No dia seguinte à citação, Aristóteles vende o imóvel a Heráclito (ambos sabiam que a ação estava para ser proposta). Em seguida, Aristóteles comunica o negócio ao juízo em que corre a ação, juntando cópia da escritura, na qual o comprador assume os riscos da aquisição e o ônus de contestar as ações que existissem.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Caso não ocorra o ingresso voluntário de Heráclito, o juiz deve intimar o autor para, sob pena de extinção, integrar o comprador ao polo passivo, de modo a possibilitar a ampla defesa.
- (B) Heráclito pode imediatamente assumir o polo passivo, em sucessão ao réu originário, mesmo contra a vontade do autor, pois os pressupostos necessários (concordância do réu e legítimo interesse) estão demonstrados.

(C) Sócrates pode, não obstante a escritura, recusar o ingresso de Heráclito como sucessor do réu originário, e, ainda assim, a eventual sentença de procedência será oponível a este.

(D) O litisconsórcio será facultativo, mas, por força dos limites subjetivos da coisa julgada, se não houver o ingresso do comprador, a eventual sentença não será oponível a este.

(E) A posição do comprador será a de assistente simples, e ainda que o autor concorde, o juiz não pode deferir a sucessão de réu, depois da citação, pois isso está fora das taxativas hipóteses legais.

8. (2023)

Maria ajuizou ação de indenização de danos materiais em face de Joaquim, de quem era divorciada, e de Cláudio, tendo imputado a ambos a responsabilidade civil por terem danificado o seu veículo.

Validamente citado, Cláudio apresentou a sua peça contestatória. Quanto a Joaquim, o oficial de justiça incumbido de sua citação obteve a informação de que havia ele falecido, fato que restou comprovado com a ulterior juntada de sua certidão de óbito.

Ainda de acordo com a documentação anexada aos autos, Joaquim não deixou bens a inventariar e deixou um filho, André, com 10 anos de idade e também filho de Maria.

Nesse contexto, o juiz deverá:

- (A) extinguir o feito, em razão da falta de pressuposto processual de existência, qual seja, uma das partes;
- (B) extinguir o feito, em razão da perda superveniente do interesse de agir;
- (C) suspender o feito, no aguardo das providências que viabilizem a substituição processual em relação a André;
- (D) declinar da competência em favor de um dos juízos da infância e da juventude existentes naquele foro;
- (E) após a habilitação de André no polo passivo, nomear curador especial para exercer a sua defesa.

9. (2023)

Bento foi vencedor em uma demanda judicial, razão pela qual Francisco foi condenado a pagar-lhe indenização de oito mil reais. Intimado para cumprir a sentença, Francisco pede a designação de audiência de conciliação.

Nesse caso, a tentativa de conciliação:

- (A) não é mais possível, porque já existe sentença transitada em julgado condenando-lhe ao pagamento de indenização;
- (B) somente seria possível se solicitada por Bento, que, então, estaria renunciando a seu direito de executar a sentença em seu favor;
- (C) somente será possível com relação aos meios de execução, na medida em que já existe sentença transitada em julgado condenando-lhe ao pagamento de indenização;
- (D) será possível e poderá abranger qualquer matéria, porque se trata de direito patrimonial da parte sobre o qual ela pode dispor conforme preferir, podendo a audiência ser presidida por conciliador ou por juiz;
- (E) será possível e poderá abranger qualquer matéria, porque se trata de direito patrimonial da parte sobre o qual ela pode dispor conforme preferir, mas a audiência deverá ser presidida, necessariamente, pelo juiz togado que proferiu a sentença.

10. (2021)

Sobre a prerrogativa do prazo em dobro deferida aos(as) Defensores(as) Públicos(as), é **correto** afirmar que:

- (A) a prerrogativa não se estende nem a advogados dativos nem a escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito;
- (B) não deve ser contado em dobro o prazo de dez dias referente à intimação tácita dos atos processuais eletrônicos;
- (C) não devem ser contados em dobro os prazos relativos à oposição de embargos à execução e à impetração de mandado de segurança;
- (D) não devem ser contados em dobro os prazos quando a Defensoria Pública, em atribuição atípica, estiver atuando na defesa de pessoas economicamente ricas;
- (E) dado o fortalecimento constitucional da Defensoria, não deve mais ser aplicada, no tocante ao prazo em dobro, a tese da inconstitucionalidade progressiva.

11. (2024)

Foi protocolizada uma petição inicial no dia 5 de junho de 2023, uma segunda-feira. O juiz, em 12 de junho do mesmo ano, ordenou a citação do réu e determinou ao autor que promovesse a citação, com a juntada de cópia da petição inicial. Todavia, deixou o autor de cumprir tal determinação. Porém, em 26 de junho daquele ano, o réu foi citado na secretaria do juízo pelo escrivão, uma vez que comparecera ali para tratar de outro assunto.

Nesse cenário, é correto afirmar que a prescrição:

- (A) será considerada interrompida na data da propositura da ação, em 5 de junho de 2023;
- (B) será considerada interrompida na data do despacho que ordenou a citação, em 12 de junho de 2023;
- (C) será considerada interrompida na data em que a citação ocorreu, em 26 de junho de 2023;
- (D) não será interrompida, uma vez que a citação se operou de forma inválida;
- (E) não será interrompida, uma vez que a citação foi efetivada após dez dias da propositura da ação.

12. (2023)

Em uma ação judicial, o réu, grande produtor rural, apesar de ter endereço certo e conhecido na Comarca, não está sendo encontrado pelo oficial de justiça para receber o mandado de citação, existindo fortes suspeitas de ocultação, ensejando a citação por hora certa.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) embora a citação tenha sido efetivada por hora certa, a condição econômica do réu torna desnecessária a nomeação de curador especial, pois não cabe à Defensoria Pública a defesa de interesses de pessoas que não sejam hipossuficientes;
- (B) na hipótese de citação por hora certa, o prazo de contestação começa a fluir a partir da data da certidão exarada pelo oficial de justiça que confirmar a citação;
- (C) para a efetivação da citação por hora certa, a pessoa da família ou o vizinho que estiver presente não pode se recusar a receber o mandado;

- (D) feita a citação por hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, no prazo de dez dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência;
- (E) na citação por hora certa, deve ser promovida a publicação da informação acerca da citação na rede mundial de computadores e no sítio do respectivo Tribunal.

13. (2023)

Joana é executada em diversas execuções fundadas em títulos extrajudiciais, fruto de operações empresariais malsucedidas. Ciente da movimentação de seus credores, Joana começou a se ocultar em seu endereço, com vistas a evitar o recebimento de mandados de citação e intimação.

Em um dos episódios de ocultação, o oficial de justiça verificou que as luzes da casa de Joana estavam ligadas e que havia um vulto atrás de uma cortina, levando-o a suspeitar que Joana estava se ocultando. Ao retornar em nova oportunidade, o auxiliar do Poder Judiciário novamente verificou idêntica situação. Assim, o oficial de justiça informou a um dos vizinhos de Joana que, no dia seguinte (doze de outubro, dia de Feriado Nacional), voltaria às 19h (dezenove horas), com vistas a efetuar a citação. Quando de seu retorno, novamente o oficial de justiça não logrou êxito em citar Joana, verificando mais uma vez indícios de ocultação.

Em tal hipótese, é correto afirmar que

- (A) cabe ao oficial de justiça retornar no dia seguinte, por ser vedada a realização de citação em dia de feriado nacional, bem como após às 18h.
- (B) em razão da suspeita de ocultação, o oficial de justiça deve restituir os autos ao juízo, para que seja efetuada a citação por edital de Joana.
- (C) o oficial de justiça deve retornar em mais uma oportunidade, pois a citação por hora certa, além da suspeita de ocultação, exige a ausência de localização do citando em três oportunidades
- (D) retomar no dia doze de outubro, o oficial de justiça deve fazer constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.
- (E) diante do desinteresse de Joana em ser citada, a entrega de contrafé é dispensada, bastando sua eventual assinatura no mandado de citação.

14. (2023)

Antônio ajuizou ação com o escopo de ver declarada a usucapião de determinada unidade autônoma de prédio em condomínio, em relação à qual alega exercer a posse por lapso temporal superior a vinte anos.

A petição inicial indicou, como integrante do polo passivo da relação processual, a pessoa em cujo nome o imóvel usucapiendo estava registrado na matrícula da serventia imobiliária.

Apreciando a peça exordial, o juiz da causa determinou a intimação do autor para emendá-la, de modo a incluir no polo passivo os proprietários dos imóveis confinantes.

Tendo Antônio argumentado que a sua inicial não padecia de nenhum defeito, o juiz acabou por indeferi-la, extinguindo o feito sem resolução do mérito. Inconformado, o demandante interpôs recurso de apelação.

É correto afirmar, nesse cenário, que o recurso interposto pela parte autora:

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. (2023)

Acerca do Princípio da Legalidade Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da anterioridade penal impede a aplicação da lei nova que agrave a pena quando a sua vigência é posterior ao início da execução do delito, nos crimes permanentes, ainda que atinja etapa da permanência.

II. A lei nova que, de qualquer forma, beneficie o acusado deve ser imediatamente aplicável; se o benefício for parcial, despreza-se a parte que prejudica o réu, aplicando-se apenas a parte benéfica.

III. O princípio da legalidade da lei penal autoriza a ultratividade da lei penal em prejuízo do acusado, quando se tratar de norma legal de natureza temporária ou excepcional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (2021)

Em relação aos crimes omissivos impróprios, é **correto** afirmar que:

- (A) se o titular do bem jurídico, com todas as informações disponíveis, conscientemente decide pela autolesão ao bem jurídico, não há obrigação legal de ação do garante para evitar o resultado;
- (B) quando o risco da atividade é dividido entre as partes, cada qual assumindo uma parcela do dever de cuidado, eventual lesão causada por descuido do ofendido pode ser atribuída a título de omissão imprópria;
- (C) o autor responde por cursos desviados ou aventureiros, quando sua conduta resulta numa lesão, que faz surgir a posição de garante, e a vítima, por descuido, aumenta o risco do bem atingido;
- (D) do ponto de vista de imputação objetiva, o princípio da confiança não exclui a responsabilidade pela omissão, mesmo que as circunstâncias concretas permitam confirmar na execução da função atribuída ao garantidor impróprio;
- (E) o compromisso de evitar o resultado desaparece quando a integridade do bem jurídico depender do controle pessoal de determinadas fontes de perigo já existentes ou geradas por alguma ação ou omissão precedente contrária ao direito.

3. (2022)

Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento.

Em tal cenário, o agente responderá por:

- (A) crime culposos;
- (B) crime preterdoloso;
- (C) dolo genérico;
- (D) dolo de perigo;
- (E) dolo geral.

4. (2023)

Rogério e Bernardo são policiais e, nessa condição, vestindo uniformes da corporação e no exercício da função, abordaram Júlio (condutor) e Mariana, na Rodovia MA 123, e solicitaram a exibição dos documentos de porte obrigatório. Rogério constatou a autenticidade dos documentos exibidos mas, não obstante, disse a Bernardo que os documentos aparentavam ser falsos, e que, portanto, conduziria Júlio à Delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante. Ato contínuo, Rogério se dirigiu a Mariana e passou a exigir uma quantia em dinheiro para evitar “prejudicar” Júlio, exibindo ostensivamente a arma de fogo de forma ameaçadora, enquanto Bernardo, a pedido de Rogério, manteve Júlio sob custódia a alguns metros de distância. Mariana, então, entregou a Rogério a quantia requerida.

De acordo com a narrativa acima, assinale a opção que corretamente analisa as condutas de cada personagem.

- (A) Rogério e Bernardo agiram em coautoria de crime contra a Administração Pública, pois ambos dividiram tarefas e incidiram no mesmo tipo penal; Mariana incidiu em corrupção ativa.
- (B) Bernardo agiu em erro de tipo, ao passo que a conduta de Rogério se amolda ao tipo penal de extorsão; Mariana agiu sob coação moral irresistível.
- (C) Bernardo agiu em erro de proibição, ao passo que a conduta de Rogério configura concussão; Mariana agiu sob coação física irresistível.
- (D) Bernardo agiu em estrito cumprimento do dever legal, ao passo que Rogério praticou conduta de concussão; Mariana agiu sob coação moral resistível.
- (E) A conduta de Bernardo se amolda ao tipo penal de prevaricação, ao passo que a conduta de Rogério se enquadra no tipo penal de extorsão e Mariana, corrupção ativa.

5. (2022)

João decide matar seu desafeto José. Sabendo que José possui uma casa de campo longe da cidade, isolada de outras casas, distante de tudo, João decide ir até o local para concretizar sua intenção assassina.

João chega ao local e, acreditando que seu desafeto José estava dormindo em casa, projeta seu carro em alta velocidade na direção do quarto de José, com a intenção de causar sua morte. João fica gravemente ferido, deixando o local e sendo atendido no hospital, onde confessa sua conduta afirmando que matara José. Contudo, José havia saído cedo de casa para correr pelo campo e, ao retornar, vê sua casa parcialmente destruída.

Assinale a opção que indica a responsabilidade penal de João.

- (A) Tentativa de homicídio.
- (B) Nenhum crime.
- (C) Crime de dano.
- (D) Lesão corporal.
- (E) Tentativa de homicídio qualificado.

6. (2021)

Com relação aos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, analise as afirmativas a seguir.

I. A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são compatíveis com os crimes materiais e formais unissubsistentes.

II. A desistência voluntária pode ser aplicada nos crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.

III. O arrependimento posterior exige espontaneidade por parte do agente para sua configuração.

De acordo com a jurisprudência e a doutrina majoritárias, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

7. (2024)

João foi capturado em flagrante pela prática de crime de furto simples consumado, ensejando um prejuízo patrimonial de três mil reais à vítima. Durante a instrução processual, em observância ao contraditório e à ampla defesa, comprovou-se que João, por embriaguez proveniente de caso fortuito, não possuía, ao tempo da ação, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) deverá ser condenado, mas sua pena pode ser reduzida de um a dois terços, em razão da embriaguez proveniente de caso fortuito;
- (B) deverá ser condenado, sendo certo que a pena pode ser agravada em razão da embriaguez proveniente de caso fortuito;
- (C) deverá ser absolvido impropriamente, em razão da embriaguez proveniente de caso fortuito;

(D) deverá ser absolvido propriamente, em razão da embriaguez proveniente de caso fortuito;

(E) deverá ser condenado, sem redução ou agravamento da pena.

8. (2024)

Ao caminhar pela rua, João foi atingido, de inopino, por três golpes de faca, desferidos por José, sem um motivo aparente. Em razão do pronto e imediato socorro, a vítima sobreviveu, sem ostentar qualquer sequela física proveniente da empreitada delituosa. No curso do processo penal deflagrado para apurar os fatos, José narrou que algumas vezes lhe obrigaram a desferir os golpes com a arma branca. Em assim sendo, após a instauração de um incidente de insanidade mental, constatou-se que José, por força de esquizofrenia, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que José

(A) responderá pelo crime perpetrado, mas a pena será reduzida de um sexto a dois terços, em razão da semi-imputabilidade penal.

(B) responderá pelo crime perpetrado, mas a pena será reduzida de um a dois terços, em razão da semi-imputabilidade penal.

(C) é isento de pena, em razão da inimputabilidade penal, causa de exclusão de ilicitude.

(D) é isento de pena, em razão da inimputabilidade penal, causa justificante.

(E) é isento de pena, em razão da inimputabilidade penal, causa dirimente.

9. (2022)

Durante assalto a uma joalheria, dois homens armados obrigaram a gerente, mediante grave ameaça, a abrir o cofre e a acondicionar as joias que estavam guardadas ali em uma mochila, que eles levaram consigo na fuga.

Com base no caso descrito e no conceito tripartite de crime, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A cooperação da gerente com os roubadores é um fato penalmente atípico.

(B) Em razão da ameaça, a gerente não agiu com dolo ao colaborar com os roubadores.

(C) A gerente não agiu de forma culpável, apesar de haver cometido um injusto penal.

(D) A gerente cometeu o crime de roubo em concurso de agentes, mas é favorecida por uma escusa absolutória.

(E) A gerente agiu em legítima defesa, razão por que a sua colaboração com os roubadores é justificada.

10. (2024)

Tício, durante caminhada matutina por um parque municipal, aproximou-se de um turista e, sem que este percebesse, subtraiu o seu telefone celular. Após alguns minutos, Tício agindo de forma idêntica, subtraiu o aparelho de telefonia móvel de outra pessoa. Na sequência, o agente subtraiu a carteira de Joana.

Registre-se que todos os delitos foram praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, Tício responderá pela prática de três crimes de furto em:

- (A) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto;
- (B) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto;
- (C) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto;
- (D) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto;
- (E) concurso material, aplicando-se as penas de todos os crimes, devidamente somadas.

11. (2023)

Eriberto, casado com Filomena, por estar tendo um relacionamento extraconjugal, e desejoso de viver com a amante, decide matar Filomena. Sabedor de que ela tem o hábito de tomar um copo de leite de manhã cedo, Eriberto, tarde da noite, adiciona poderoso veneno em sua bebida. Na manhã seguinte, quando vai se servir do leite envenenado, Filomena o oferece ao filho único do casal, Júnior, de 7 anos de idade, que, assim como a mãe, bebe o produto. Quando Eriberto chega na cozinha e encontra a mulher e o filho desfalecidos, aciona o serviço médico de urgência (SAMU), que logo chega ao local, levando Filomena e Júnior ao hospital. O atendimento médico evita a morte de Filomena, mas a criança acaba morrendo, em decorrência da intoxicação.

Diante do caso narrado, é **correto** afirmar que Eriberto:

- (A) responderá, em concurso material, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;
- (B) responderá, em concurso formal impróprio, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, podendo vir a ser beneficiado com o perdão judicial, bem como por lesão corporal no tocante à vítima Filomena, reconhecendo-se a desistência voluntária;
- (C) responderá, em concurso formal próprio, por homicídio doloso em relação à morte de Júnior, com a qualificadora do emprego de veneno e o aumento de pena decorrente de haver praticado o delito contra pessoa menor de 14 anos de idade, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;
- (D) responderá, em concurso formal impróprio, por homicídio doloso em relação à morte de Júnior, com a qualificadora do emprego de veneno e o aumento de pena decorrente de haver praticado o delito contra pessoa menor de 14 anos de idade, bem como por tentativa de feminicídio da vítima Filomena, com a qualificadora do emprego de veneno;
- (E) responderá, em concurso formal próprio, por homicídio culposo em relação à morte de Júnior, podendo vir a ser beneficiado com o perdão judicial, bem como por lesão corporal qualificada no tocante à vítima Filomena, reconhecendo-se o arrependimento eficaz.

12. (2023)

Marcelo, em comunhão de ações e desígnios com os menores. Paulo e Fernando, resolveu realizar uma série de roubos. Assim, ingressou em um primeiro veículo de transporte público de passageiros, onde abordou Grace, Cinthia, Isabel e o casa Letícia e Rafael e subtraiu os pertences pessoais (celular e carteira) de cada um deles. Cinco minutos depois, os três ingressaram em outro ônibus, no mesmo local e com mesmo modus operandi, abordando o trocador (Ramon) subtraindo seu celular, e todo o dinheiro contido no caixa do coletivo. Todas as subtrações foram realizadas mediante emprego de grave ameaça. Nesse caso, Marcelo praticou

- (A) dois crimes de roubo circunstanciado pela pluralidade de agentes em continuidade delitiva, o que afasta o reconhecimento do crime de corrupção de menores, sob pena de bis in idem.
- (B) sete crimes de roubo circunstanciado pela pluralidade de agentes, em continuidade delitiva, sem prejuízo da responsabilização pela corrupção de menores.
- (C) cinco crimes de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes e dois crimes de corrupção de menores, todos em continuidade delitiva.
- (D) seis crimes de roubo em concurso formal, devendo haver a aplicação da causa de aumento pela pluralidade de agentes ou a aplicação do delito autônomo de corrupção de menores, sob pena de bis in idem.
- (E) cinco crimes de roubo circunstanciado em concurso formal e em continuidade delitiva com mais dois crimes de roubo circunstanciado, em concurso material com corrupção de menores.

13. (2022)

Calíope, pretendendo matar Erato, saca uma arma de fogo e efetua disparos contra seu desafeto, atingindo-o e também a Euterpe, que passava pelo local. As duas pessoas alvejadas morrem em razão dos ferimentos sofridos.

Na hipótese, é correto afirmar que haverá:

- (A) crime único;
- (B) concurso material;
- (C) concurso formal perfeito;
- (D) concurso formal imperfeito;
- (E) crime continuado.

14. (2022)

Veículos autônomos são aqueles motorizados cujo movimento no trânsito é, de diversas formas, determinado por algoritmo pré-programado, e não por pessoa sentada ao volante. Por trás de uma máquina autônoma, há uma pessoa física que, de alguma forma, interferiu em seu funcionamento, normalmente pela programação e inserção de dados. Assim, em relação à imputação subjetiva do resultado, se reconhece a possibilidade de ocorrência de crime doloso ou culposo.

Nas hipóteses de punibilidade culposa, é correto afirmar que:

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2024)

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

(B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.

(D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.

(E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

2. (2022)

Relativamente ao inquérito policial e às diligências neste levadas a efeito, é **correto** afirmar que:

(A) na busca domiciliar fundada em ordem judicial, quando encontrada a arma objeto do crime de roubo, a não especificação no mandado judicial para a busca pessoal impedirá a realização desta;

(B) o delegado de polícia, apurando crime de extorsão mediante sequestro, necessita de prévia autorização judicial para requisitar, de quaisquer órgãos do poder público, dados e informações cadastrais dos suspeitos;

(C) após representação do delegado de polícia, nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, sobre a disponibilização dos meios técnicos que permitam a localização da vítima, se não houver manifestação judicial no prazo de doze horas, poderá aquele proceder às requisições, comunicando-se imediatamente ao juiz;

(D) nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados que permitam a localização dos suspeitos;

(E) dar-se-á prioridade à realização de exame de corpo de delito, na fase do inquérito policial, quando se tratar de crime que envolva criança ou adolescente, idoso, pessoa com deficiência, indígena ou gestante.

3. (2021)

O inquérito policial é procedimento administrativo que possui características próprias destacadas pela doutrina e pela jurisprudência.

Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Pode ser instaurado de ofício ou a requerimento, tanto nos crimes de ação pública quanto nos de ação privada, mas o oferecimento da ação penal dependerá da vontade da vítima nesse último caso.

II. Contra a decisão que indefere o seu requerimento de abertura, cabe recurso ao Poder Judiciário.

III. Pode ser requerida sua abertura, ainda que não seja possível identificar o autor do fato naquele momento.

Está correto somente o que se afirma em:

(A) II;

(B) III;

(C) I e II;

(D) I e III;

(E) II e III.

4. (2022)

Segundo orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no caso de situações envolvendo agentes com prerrogativa de foro e outros agentes:

(A) se derivadas de serendipidade de primeiro grau, é possível a separação em primeira instância, com encaminhamento apenas dos detentores de foro para a competência originária;

(B) se derivadas de encontro fortuito de prova de segundo grau, devem ser encaminhadas na sua integralidade à competência originária, que decidirá sobre a cisão;

(C) a cisão do processo pode ser deliberada pelo juízo de primeiro grau, ad referendum do tribunal competente, que detém a palavra final sobre a competência;

(D) a determinação do desmembramento é orientada pela discricionariedade do tribunal competente, bem como pela quantidade de agentes imputados;

(E) quando a cisão por si só implique prejuízo ao seu esclarecimento, não é facultado o desmembramento do processo.

5. (2022)

Durante a investigação de Raider, Chaise, Marchal, Iscai e Roque por associação criminosa, roubo e furto de veículos automotores, corrupção consistente no pagamento de propina a funcionários do Detran/MS e lavagem de dinheiro referente ao valor ilícito recebido da venda de veículos adulterados, a oitiva de Dagoberto fez menção à possível evasão de divisas, sem o fornecimento de elementos de prova que confirmassem tal alegação. A investigação revelou, por derradeiro, que Raider, deputado estadual, chefiava o grupamento criminoso e era quem determinava os modelos de veículos que deveriam ser subtraídos. Recebendo os autos do inquérito policial, o promotor de justiça da comarca em que os delitos foram praticados ofereceu denúncia contra os investigados, deixando de adotar qualquer providência em relação ao suposto delito contra o Sistema Financeiro Nacional.

A competência para o processo e julgamento do caso penal (desprezada a eventual necessidade de controle por instância superior) é:

- (A) federal, em primeiro grau;
- (B) estadual, em primeiro grau;
- (C) federal, na competência originária do tribunal;
- (D) estadual, na competência originária do tribunal.

6. (2022)

Tício e Mévio foram presos em flagrante delito pela prática de crime de roubo ocorrido a bordo de aeronave pousada na pista do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre. O crime consistiu na subtração, mediante grave ameaça, de numerário pertencente ao Banco do Brasil e sob guarda de empresa transportadora de valores.

Diante da hipótese narrada, é **correto** afirmar que a competência será da:

- (A) justiça federal, tendo em conta que a vítima é o Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal;
- (B) justiça federal, tendo em conta que o crime foi cometido a bordo de aeronave, ainda que em solo;
- (C) justiça estadual, tendo em conta que o Banco do Brasil é sociedade de economia mista e não atrai a competência especializada;
- (D) justiça estadual, tendo em conta que não há interesse da União pelo fato de a aeronave estar em terra;
- (E) justiça estadual, tendo em conta que, embora praticado a bordo de aeronave, não há elemento que indique internacionalidade.

7. (2021)

No dia 25 de janeiro de 2021, Fernando, na cidade de Nova Iguaçu/RJ, praticou um crime de apropriação indébita simples de um carro. Em seguida, neste veículo, dirigiu-se para Duque de Caxias/RJ, local em que fez uma compra na loja de Paula, emitindo, dolosamente, para pagamento um cheque que sabia sem provisões de fundos. Não satisfeito, dirigiu-se para São João de Meriti/RJ, onde, sem violência ou grave ameaça à pessoa, subtraiu os celulares de Juliana e Tiago. Por fim, quando estava em Magé/RJ, local de sua residência, na posse dos bens produtos de crime, veio a ser preso em flagrante.

Naquele mesmo dia, Paula, moradora da cidade em que Fernando foi preso, depositou o cheque em uma conta da mesma instituição bancária e agência que constava do cheque emitido pelo autor do fato, na cidade de Magé/RJ, local em que houve a recusa do pagamento pelo sacado, por falta de fundos.

Confirmados os fatos durante procedimento policial, Fernando foi indiciado pela prática de dois crimes de furto, previsto no Art. 155, caput (pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa); um crime de estelionato, disposto no Art. 171, § 2º, inciso VI, (pena: 01 a 05 anos de reclusão e multa); e um crime de apropriação indébita, Art. 168, caput, (pena: 01 ano a 04 anos de reclusão e multa), todos do Código Penal. Considerando a situação narrada e a existência de conexão probatória em relação a todos os delitos, a denúncia deverá ser oferecida perante o(s) juízo(s) da(s) comarca(s) de

- (A) Nova Iguaçu.
- (B) Duque de Caxias.
- (C) São João de Meriti.
- (D) Magé
- (E) Nova Iguaçu, em relação à apropriação indébita, Duque de Caxias, quanto ao estelionato, e São João de Meriti, em relação aos furtos.

8. (2021)

José, magistrado vinculado à Vara Criminal de Joinville, na condição de juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, compareceu a cartório extrajudicial localizado em Florianópolis para realizar diligência no exercício de sua função. Durante a diligência, veio a se desentender com Breno, funcionário do cartório que dificultava o ato, acabando por desferir socos e bater com a cabeça da vítima na quina de uma mesa. Em razão dos golpes, Breno veio a falecer.

Após oitiva de testemunhas, o Ministério Público entendeu que teria havido, por parte de José, dolo eventual em relação ao resultado morte, de modo que José deveria responder por homicídio.

Considerando apenas as informações expostas na situação hipotética apresentada, diante da conclusão do Ministério Público, deverá ser oferecida denúncia em face de José perante:

- (A) a Vara Criminal Comum da Comarca de Florianópolis;
- (B) o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- (C) o Tribunal do Júri da Comarca de Florianópolis;
- (D) o Tribunal do Júri da Comarca de Joinville;
- (E) o Superior Tribunal de Justiça.

9. (2024)

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Fábio, imputando-lhe a prática de dois crimes de roubo, em concurso formal próprio. Em síntese, o denunciado ingressou em um coletivo e, simulando portar uma arma de fogo, determinou que duas pessoas entregassem os seus pertences, o que fora prontamente atendido. Na sequência, Fábio se evadiu na posse dos telefones celulares dos ofendidos. Sobre a hipótese, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que o processo e julgamento dos crimes de roubo perpetrados dar-se-á em conjunto em razão da

- (A) continência por cumulação subjetiva.
- (B) continência por cumulação objetiva.
- (C) conexão concursal.

- (D) conexão objetiva.
(E) conexão lógica.

10. (2024)

Caio e Tício, agindo em comunhão de ações e desígnios, efetuaram disparos de arma de fogo em detrimento de Mévio, matando-o. Finda a investigação, a autoridade policial indiciou os dois autores do delito pela prática do crime de homicídio qualificado, encaminhando os autos, na sequência, ao Ministério Público, para a formação da sua opinião delitiva.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a competência, no caso narrado, será determinada pela:

- (A) continência por cumulação subjetiva;
(B) continência por cumulação objetiva;
(C) conexão intersubjetiva concursal;
(D) conexão instrumental;
(E) conexão teleológica.

11. (2023)

Acerca do regramento de impedimentos e suspeição, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro.

- (A) Pedro, Presidente da turma julgadora, é pai do Gustavo, parte ré no processo. Assim, a atividade de Pedro deve se limitar a incluir o processo em pauta para julgamento, a pedido do Relator, sendo impedido de proferir voto.
(B) Thiago, investigado em determinado processo, é inimigo capital do Delegado de Polícia Emerson. Nesse caso, Emerson pode se declarar suspeito e, não o fazendo, Thiago pode opor exceção.
(C) Carlos, Juiz, deve se declarar suspeito para atuar em processo em que sua prima, Luísa, funcionou como intérprete; não o fazendo, pode a parte arguir a suspeição.
(D) Luiz, membro do Ministério Público, é sócio de Waldir em uma sociedade empresária. Nesse caso, a suspeição de Luiz, como membro do parquet, se limita aos processos criminais em que o MP funcionar como fiscal da lei.
(E) O Juiz Bruno não será suspeito para julgar Fabrício, mesmo após ser por este ofendido, desde que a ofensa seja posterior à distribuição do processo criminal.

12. (2024)

No curso de determinada ação penal, o juízo verifica a necessidade de realização de perícia para o adequado deslinde do feito. O magistrado analisa o nome de três interessados no exercício da função, quais sejam: i) João, que prestou depoimento durante a instrução deste processo; ii) Caio, que emitiu, anteriormente, opinião sobre o objeto da perícia; e iii) Tício, maior e capaz, que conta com 20 anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o juízo:

- (A) não poderá nomear, como perito, João, Tício ou Caio, salvo, em relação ao último, se houver a retratação sobre as opiniões emitidas sobre o objeto da perícia;
(B) poderá nomear, como perito, Tício, mas não João ou Caio, salvo, em relação ao último, se houver a retratação sobre as opiniões emitidas sobre o objeto da perícia;

- (C) poderá nomear, como perito, Caio, mas não João ou Tício;
(D) poderá nomear, como perito, João ou Caio, mas não Tício;
(E) não poderá nomear, como perito, João, Tício ou Caio.

13. (2022)

As hipóteses de suspeição **NÃO** se aplicam aos:

- (A) assistentes técnicos;
(B) peritos;
(C) intérpretes;
(D) serventuários da Justiça;
(E) jurados.

14. (2022)

Ao exibir um mandado de prisão preventiva, determinado agente policial afirma que deseja entrar na residência de Olímpio, para verificar se o procurado, Houdini, estava no seu interior. Diante da presença de expressivo efetivo policial armado, Olímpio, mesmo ciente que Houdini lá não se encontrava, autoriza o ingresso no interior da sua residência, que passa a ser vasculhada. Ao levantar os tacos de madeira do chão do quarto, o agente policial encontra farta quantidade de drogas, prendendo Olímpio em flagrante.

A Referida prisão é:

- (A) legal, pois o crime de tráfico de drogas é delito permanente;
(B) ilegal, pois o mandado de prisão não pode ser cumprido em residência de terceiros;
(C) ilegal, diante da ausência de justa causa para o ingresso na residência;
(D) legal, pois a teoria da serendipidade autoriza a apreensão sem mandado;
(E) legal, pois se trata de encontro fortuito de provas de segundo grau, o que dispensa mandado judicial.

15. (2024)

João da Silva vai à agência bancária obter o levantamento de conta de FGTS de terceiro, usando documento falso. Desconfiado da veracidade do documento, o gerente da agência pede a João que retorne em algumas horas, quando o dinheiro já estará disponível em sua conta. João retorna no horário combinado e, no momento em que efetua o saque, é preso por policiais militares acionados pelo gerente da agência após proceder à checagem da autenticidade do referido documento e confirmar sua falsidade.

Considerando essa narrativa, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A prisão em flagrante é ilegal, pois se trata de flagrante provocado.
(B) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de ação controlada.
(C) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante diferido.
(D) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante preparado.
(E) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante esperado.